

# Regularização Fundiária e Manejo Florestal Comunitário

*Sistematização de uma experiência inovadora em Gurupá – PA*

*Projeto Comunidades e Florestas*



Junho de 2006

Realização



Apoio



União Européia

# Regularização Fundiária e Manejo Florestal Comunitário na Amazônia

*Sistematização de uma experiência inovadora em Gurupá – PA*

*Organizadores*

*Ailton Dias, Manuel Amaral, Lidiane Melo e Katiúscia Fernandes*



I59r Instituto Internacional de Educação do Brasil.  
Regularização fundiária e manejo florestal comunitário na  
Amazônia: sistematização de uma experiência inovadora em  
Gurupá-PA / Instituto Internacional de Educação do Brasil,  
Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional.  
– Brasília : IEB, 2006.  
70 p. : il ; 28 cm. – (Projeto Comunidades e Florestas)

ISBN 85-60443-00-2

1. Regularização fundiária. 2. Direito Fundiário.  
I. Título. II. Federação de Órgãos para Assistência Social e  
Educacional.

CDU 349.41

# Sumário

<i>Créditos</i>	6
<i>Lista de siglas</i>	7
<i>1. Introdução</i>	9
<i>2. Descrição e contextualização da experiência</i>	15
<i>Antecedentes</i>	17
<i>1971 a 1986 – formação de base, participação política e luta por direitos</i>	20
<i>1986 a 1996 – luta sindical</i>	22
<i>1997 a 2006 – Regularização fundiária e manejo florestal</i>	25
<i>3. A experiência: o Projeto Demonstrativo de Gurupá</i>	29
<i>3.1 Enfrentando o problema fundiário</i>	32
<i>3.2 As iniciativas pioneiras: novos arranjos fundiários para o reordenamento territorial de Gurupá</i>	40
<i>O Projeto de Assentamento Extrativista de Camutá do Pucuruí</i>	41
<i>A Regularização das Áreas Remanescentes de Quilombos</i>	42
<i>Ilha de Santa Bárbara: uma concessão de direito real de uso</i>	45
<i>A criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) do Itatupã-Baquiá</i>	46
<i>Processos de Titulação Individual</i>	47
<i>3.3 A elaboração dos Planos de Uso comunitários</i>	48
<i>Promovendo o Manejo Florestal Comunitário</i>	51
<i>4. Resultados, lições aprendidas e perspectivas</i>	57
<i>5. Documentos consultados</i>	67

# Créditos

## **Lista de Participantes no Processo de Sistematização:**

*Adamor Chaves da Silva – Cidade de Gurupá*  
*Adelino Pantoja da Costa – Cidade de Gurupá*  
*Alípio Corrêa – Ilha de Santa Bárbara (Projeto de Assentamento Agroextrativista)*  
*Almir Malheiros Barbosa – Ilha das Cinzas (Projeto de Assentamento Agroextrativista)*  
*Antônio do Socorro Cordovil – Rio Tauari (RDS Itatupã Baquiá)*  
*Benevaldo Marques Correa – Vila Carrazedo (Área Remanescente de Quilombo)*  
*Coriolano Ferreira do Nascimento – Camutá do Ipixuna (Área Remanescente de Quilombo)*  
*Edgar Pantoja de Souza – Cidade de Gurupá*  
*Ermínio Marques Tenório – Rio Marajoí*  
*Girolamo Trecanni – Assessor Jurídico da FASE*  
*Hermes Viana da Costa – Gurupá-mirim (Área Remanescente de Quilombo)*  
*José Antônio Pereira Ferro – Rio Jaburu*  
*José Trindade (Zé Pimba) – Rio Marajoí*  
*José Vagner Primavera Pinto – Cidade de Gurupá (Cooperativa Mista Agroextrativista de Gurupá)*  
*Manoel Francisco Evangelista de Matos – Cidade de Gurupá (Prefeitura Municipal de Gurupá)*  
*Manoel Moacir Gonçalves Alho – Cidade de Gurupá*  
*Manoel Vitório Neto – Alto Pucuruí (Área Remanescente de Quilombo)*  
*Manuel Cordovaldo Chaves de Souza (Codó) – Alto Jaburu (RDS Itatupã-baquiá)*  
*Nelcindo Rodrigues de Jesus – Moju (Cooperativa Mista Agroextrativista de Gurupá)*  
*Nivaldo dos Santos Nascimento – Santo Antônio do Comutá do Ipixuna (vereador)*  
*Paulo Henrique Borges de Oliveira Jr. – Diretoria de Desenvolvimento Socioambiental (IBAMA)*  
*Pedro Pereira de Almeida – Camutá do Pucuruí (Assentamento Agroextrativista Estadual)*  
*Protásio dos Santos Silva – Rio Veado (Projeto de Assentamento Agroextrativista)*  
*Raimundo dos Santos Ferreira – Rio Pucuruí (Área Em Processo de Criação da RESEX Gurupá – Melgaço)*  
*Raimundo Godofredo Veiga de Castro – Moju (STR de Gurupá)*  
*Sebastião Gomes de Farias – Alto Pucuruí (Comunidade Remanescente de Quilombo)*  
*Sebastião Gonçalves Pena – Rio Moju*  
*Sebastião Oliveira do Nascimento – Rio Jaburu (RDS)*  
*Valmir Malheiros Barbosa – Ilha das Cinzas (Projeto de Assentamento Agroextrativista)*

## **Assessoria:**

*Ailton Dias, Manuel Amaral, Lidiane Melo, Katiúscia Fernandes, Manoel Pantoja, Carlos Augusto Ramos e Pedro Alves Vieira.*

## **Equipe de Apoio:**

*Alcione Pimentel, Conceição Fernandes, Erizane Palheta, José Ivanildo Gama Brilhante, Paulo Fernandes Barbosa e Sandra Primavera Pinto.*

# Lista de siglas

APROSEM	<i>Associação dos Pequenos Produtores do Setor Moju</i>
ARQMG	<i>Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos de Gurupá</i>
ATARCP	<i>Associação dos Trabalhadores Rurais do Camutá do Pucuruí</i>
ATRISB	<i>Associação dos Trabalhadores Rurais da Ilha de Santa Bárbara</i>
CEBs	<i>Comunidades Eclesiais de Base</i>
CFR	<i>Casa Familiar Rural</i>
COOMAG	<i>Cooperativa Mista Agroextrativista de Gurupá</i>
CNPT	<i>Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais</i>
CPT	<i>Comissão Pastoral da Terra</i>
DPU	<i>Delegacia do Patrimônio da União</i>
FASE	<i>Federação de Órgãos de Assistência Social e Educacional</i>
FNO	<i>Fundo Constitucional do Norte</i>
FSC	<i>Forest Stewardship Council</i>
GPS	<i>Sistema de Posicionamento Global</i>
GTA	<i>Grupo de Trabalho Amazônico</i>
GRPU	<i>Gerência de Patrimônio da União</i>
IBAMA	<i>Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis</i>
ICCO	<i>Organização Interclesiástica para a Cooperação ao Desenvolvimento</i>
IEB	<i>Instituto Internacional de Educação do Brasil</i>
INCRA	<i>Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária</i>
INSS	<i>Instituto Nacional do Seguro Social</i>
ITERPA	<i>Instituto de Terras do Pará</i>
ITR	<i>Imposto Territorial Rural</i>
MILAL	<i>Movimento Leigo para América Latina</i>
PAE	<i>Projeto de Assentamento Agroextrativista</i>
PNRA	<i>Programa Nacional de Reforma Agrária</i>
PT	<i>Partido dos Trabalhadores</i>
RDS	<i>Reserva de Desenvolvimento Sustentável</i>
RESEX	<i>Reserva Extrativista</i>
SIG	<i>Sistema de Informações Geográficas</i>
SNUC	<i>Sistema Nacional de Unidades de Conservação</i>
STR	<i>Sindicato dos Trabalhadores Rurais</i>



Foto: Lidiane Melo

*Estrutura de alguns ribeirinhos na margem do Rio Amazonas*

# Introdução

É fato conhecido que a Amazônia brasileira tem sofrido intenso processo de degradação ambiental resultante do uso indiscriminado dos seus recursos naturais para fins de exploração econômica. A apropriação, muitas vezes ilegal, de terras públicas e a expropriação dos direitos fundiários legítimos das populações locais estão na base desse modelo de ocupação econômica da região.

A frágil presença e atuação do Estado na maior parte da região configura um quadro de “terra sem lei” no qual a insegurança fundiária é a tônica. A população rural pobre da região é freqüentemente violada nos direitos básicos, sendo diretamente afetada pela atuação de agentes econômicos e pelas políticas de desenvolvimento e integração regional implementadas pelo próprio Estado.

Ao mesmo tempo, os órgãos ambientais e organizações da sociedade civil se debatem para conter o avanço deste processo de degradação ambiental e sociocultural. A criação de unidades de conservação desponta como estratégia prioritária, presente nos discursos e na ação de um amplo leque de atores sociais e políticos. Mas a viabilização dessas unidades, dentro do marco jurídico do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) esbarra em problemas estruturais que estão longe de serem resolvidos.

A insegurança fundiária e a falta de regularização da propriedade da terra na Amazônia estão entre esses problemas estruturais cujo enfrentamento por parte do Estado se mostra débil, muito embora ocorram iniciativas governamentais para tratar dessa questão, a exemplo do recadastramento fundiário estabelecido pelo INCRA, do Projeto de Gestão de Florestas Públicas e Zoneamento Econômico Ecológico (ZEE) por parte de alguns estados. Apesar dessas iniciativas, a não garantia dos direitos fundiários das populações locais e da sua territorialidade permanece como uma enorme lacuna nas estratégias de conservação da Amazônia.

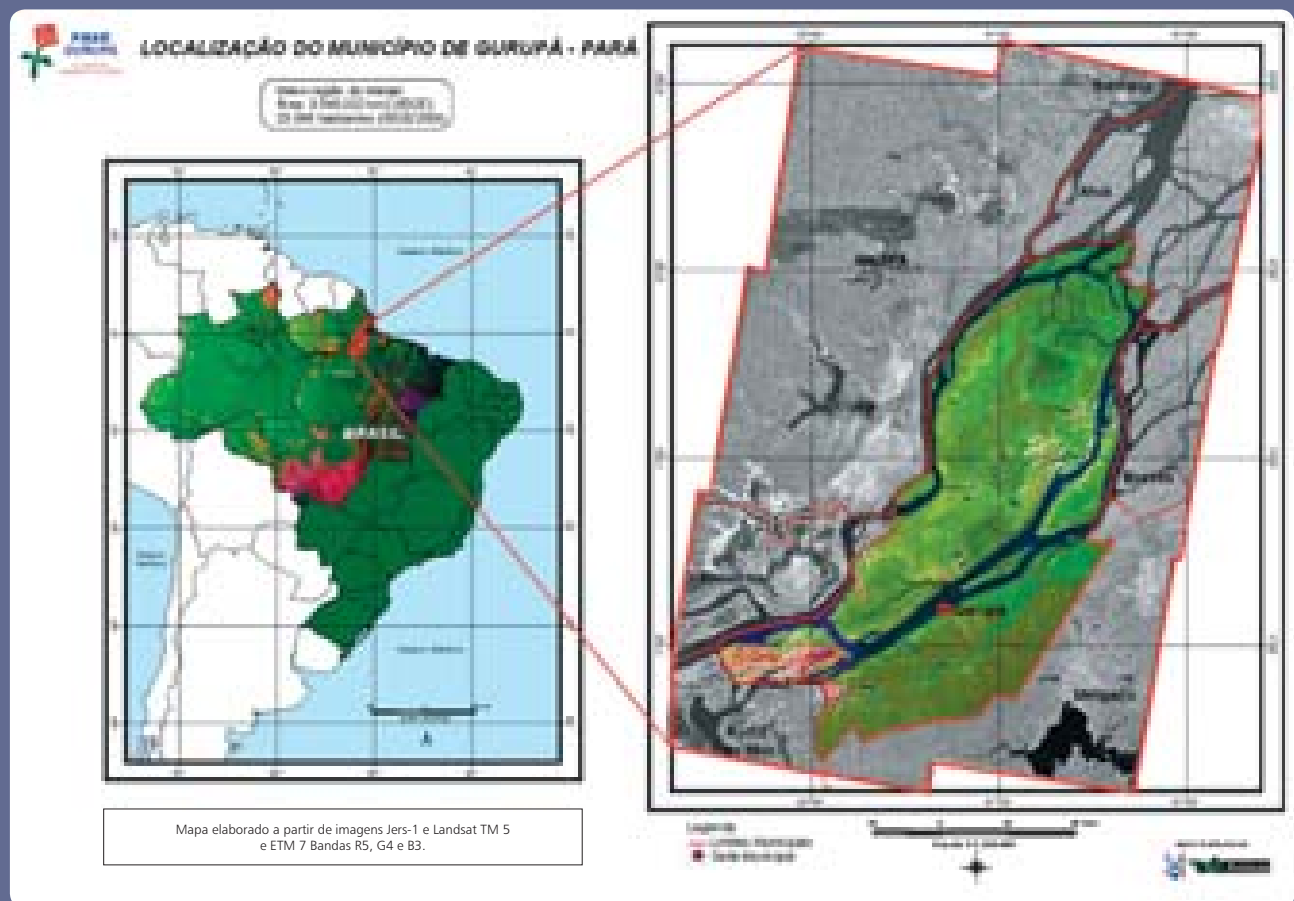
Não se pode avançar com as estratégias de gestão, uso e conservação dos recursos naturais da Amazônia se o problema da propriedade da terra não for resolvido a contento. Esse era o dilema que inquietava o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Gurupá e a Federação de Órgãos de Assistência Social e Educacional (FASE), em meados da década de 90, quando essas organizações passaram a trabalhar em parceria na busca de um modelo de desenvolvimento endógeno e pautado na organização comunitária e no uso sustentável dos recursos naturais. A partir de 1997, e como fruto dessa parceria, teve início o projeto de regularização fundiária e manejo florestal nas terras de várzea do município de Gurupá – PA.





A experiência de regularização fundiária e manejo florestal de Gurupá coloca o dedo numa ferida aberta. Ela mostra claramente que a garantia dos direitos fundiários das populações locais é pré-condição para a adoção e consolidação de boas práticas de manejo e uso sustentável dos recursos naturais. A iniciativa dos promotores da experiência se voltou para a construção participativa de planos de uso dos recursos naturais por parte de comunidades ribeirinhas. Ao mesmo tempo, foram feitos enormes esforços para a documentação ou regularização fundiária a fim de que essas comunidades pudessem viver em segurança e manejar seus recursos pensando nas gerações atuais e futuras.

A experiência tem muito a ensinar, especialmente quando confrontada com a lógica estatal de criação de unidades de conservação na Amazônia. Nessa



lógica, a conservação ambiental passa, primeiramente, pela criação de unidades de conservação, antes mesmo que as famílias e comunidades locais tenham pactuado a forma e a estratégia de uso sustentável dos recursos. Os Planos de Manejo só começam a ser trabalhados quando as unidades já estão legalmente criadas e são carregados de uma racionalidade técnico-científica e burocrática. Isso faz com que seus processos de elaboração se arrastem por anos a fio, sem serem concluídos.

O processo vivido em Gurupá aponta para um caminho diferente: a conservação ambiental resulta da definição de formas de uso (planos de uso) dos recursos por parte das comunidades e, principalmente, pela regularização fundiária, resolvendo assim o histórico problema da propriedade da terra. Importante destacar que a criação de unidades de conservação se encaixou perfeitamente dentro dessa estratégia, não como um fim, e sim como um meio para promover a segurança fundiária das comunidades.

Em que pese a riqueza da experiência aqui apresentada e discutida é preciso registrar a importância das organizações locais no enfrentamento de problemas tão complexos. Os atores principais dos processos aqui relatados e discutidos são pessoas originárias das próprias comunidades ribeirinhas de Gurupá. Contando com o suporte técnico da FASE-Gurupá, foram as lideranças locais que operaram, na prática, a consolidação dos direitos fundiários das comunidades junto ao aparato jurídico do Estado.

A sistematização desta experiência tem como objetivos promover uma reflexão coletiva por parte dos próprios atores que vivenciaram e/ou promoveram o processo e disseminar os ensinamentos e lições aprendidas com o mesmo.

Esta publicação está dividida em três seções. Na primeira são realizadas a descrição e a contextualização histórica da experiência, antecedentes e fatos mais marcantes. Na segunda seção é feita uma análise da experiência com ênfase nos processos de regularização fundiária e manejo florestal comunitário. A seção final é dedicada ao registro de resultados, lições aprendidas e perspectiva de ampliação e replicação da experiência em outras regiões da Amazônia.

## Metodologia de sistematização

O propósito do processo de sistematização aqui apresentado é registrar a experiência vivida pelas pessoas e organizações que atuaram no processo de regularização fundiária e melhoria das práticas de manejo florestal em Gurupá. As principais referências metodológicas para a sistematização foram as idéias organizadas por Holiday (2006). A abordagem dele teve origem nos trabalhos de educação popular, sendo a sistematização vista como processo de produção de conhecimentos, não a partir de centros de pesquisas ou de ensino especializado, mas das experiências vividas pelos grupos sociais. Nesse sentido, a sistematização implica no ordenamento, na reconstrução e na análise crítica dos processos vividos pelos grupos, pessoas e organizações locais.

Ao se buscar sistematizar uma experiência vivida por um grupo ou organização é imprescindível garantir a participação ativa das pessoas que detêm a memória e os ensinamentos obtidos ao longo do processo. A sistematização, nesse caso, assume um caráter de tarefa coletiva, ou seja, realizada por um grupo com o apoio metodológico de um ou mais assessores ou facilitadores. Trata-se, portanto, de uma “sistematização participativa da experiência” cujo caráter é a geração de conhecimentos a partir de uma reflexão crítica feita pelo próprio grupo sobre determinados temas considerados relevantes.

Em termos metodológicos é preciso considerar que a experiência de Gurupá é um processo de grande complexidade, sobre o qual interferiram múltiplos fatores. Em função disso foi necessário definir um recorte temático para a sistematização, uma vez que não é possível abarcar a experiência em toda a sua riqueza. A opção escolhida foi de explorar a relação entre a **regularização fundiária** e as práticas de **manejo sustentável dos recursos florestais**. Estes foram, portanto, os dois eixos temáticos da sistematização.

Considerando esses dois eixos, foram definidas as perguntas que orientaram o processo de debate e reflexão coletiva sobre a experiência, de forma a se chegar a conclusões objetivas, com identificação de lições aprendidas que possam ser difundidas ou compartilhadas com outros grupos e organizações da região amazônica.

Os passos metodológicos adotados foram basicamente três: i) **resgate da situação inicial** vivida pelo grupo, antes da implementação do processo de regularização fundiária e manejo florestal; ii) **descrição e análise crítica do processo** de regularização fundiária e adoção de práticas de manejo florestal sustentável por parte dos grupos locais; iii) **identificação dos novos aprendizados e lições geradas** pelo processo em comparação aos pressupostos e situação iniciais.

As atividades envolveram a realização de:

- a) pesquisa e análise documental sobre a experiência;
- b) entrevistas com lideranças locais e assessores da FASE Gurupá;
- c) reuniões para reflexão coletiva e análise crítica da experiência por parte de lideranças locais de Gurupá; e
- d) realização de um seminário para identificação das conclusões e lições aprendidas.

O processo de sistematização foi idealizado no final de 2005 e colocado em prática entre os meses de abril e junho de 2006.

*Forte de Gurupá – PA*



Foto: Lídiane Melo



Foto: Alton Dias

# [ 2 ] *Descrição e contextualização da experiência*

O município de Gurupá está situado no estuário do Rio Amazonas, na chamada “Região das Ilhas”, no Estado do Pará. Conta com uma população de 25.338 habitantes dos quais 71,5% ainda residem no meio rural, dedicando-se principalmente a atividades como pesca artesanal, extrativismo e agricultura de subsistência.

A rede hidrográfica é a principal via de comunicação do município com as regiões vizinhas, e também entre a cidade de Gurupá e as comunidades ribeirinhas. Esta rede é formada pelo próprio Rio Amazonas, seus canais e furos. A sede municipal localiza-se a cerca de 24 horas de barco de Belém – PA e a 12 horas de Macapá – AP.

Cerca de 70% da área do município de Gurupá é considerada várzea, sendo, portanto, sujeita ao movimento sazonal e diário do nível das águas, situação comum em todo o estuário do Rio Amazonas. Uma parcela menor do território, cerca de 30% é considerada terra firme. A região de várzea é formada por um aglomerado de ilhas cuja vegetação original é a Floresta Amazônica (Floresta Ombrófila). O modo de vida e a sobrevivência da população ribeirinha estão intimamente ligados ao uso dos recursos florestais (exploração madeireira, extração do açaí em fruto e palmito, pupunha e óleos vegetais), caça e pesca, além da agricultura de subsistência, na qual destaca-se o cultivo da mandioca.

As relações sociais que historicamente se estabeleceram em Gurupá são fortemente marcadas pelo chamado “sistema de aviamento” no qual agentes privados, os “patrões”, controlavam grandes extensões de terras públicas que eram exploradas com base no trabalho semi-servil de famílias de posseiros, os chamados “fregueses”.

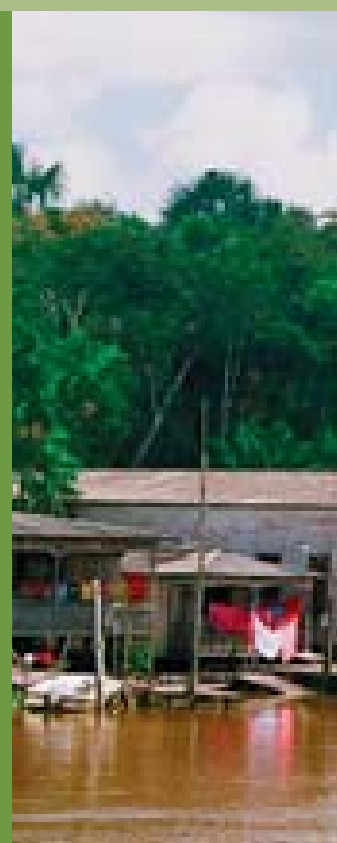
## *O fim do sistema de aviamento e a luta entre “patrões” e “fregueses”*

**O sistema de aviamento** refere-se à forma de organização social e exploração dos recursos que predominou na Amazônia especialmente durante o ciclo da borracha. Nesse sistema, o estado concedia a agentes privados, os “seringalistas”, o direito de uso sobre grandes extensões de florestas. Em sua maioria, os seringalistas vinham de outras regiões do país e mesmo do exterior. Eles obtinham crédito junto às “casas aviadoras” sediadas em cidades como Belém e Manaus – AM e com esse crédito iniciavam a exploração da área, o que ocorria quase sempre com o uso de mão-de-obra de migrantes pobres originários principalmente dos estados do Nordeste.

Ao contratar os migrantes recém chegados, os seringalistas ou patrões adiantavam, a preços muito além do custo real, os equipamentos de trabalho e os mantimentos básicos necessários à sobrevivência dos trabalhadores. Não raro, os patrões financiavam a própria viagem dos trabalhadores do seu local de origem até o seringal, onde esses já chegavam devendo e tinham que pagar seu débito com a produção de borracha. O saldo das transações era sempre muito favorável ao patrão, o que deixava os trabalhadores ou “fregueses” numa situação de eterna dependência, já que o patrão era seu único fornecedor e era também quem fixava os preços da borracha e de outros produtos da floresta.

Com a estagnação da economia da borracha, as relações sociais estabelecidas pelo sistema de aviamento permaneceram, ao passo que os patrões passaram a dar outros destinos às terras e recursos florestais que controlavam, a exemplo da exploração madeireira. Em muitos casos as terras eram vendidas para empresas madeireiras ou pecuaristas, o que provocava conflitos com as famílias instaladas já há várias décadas nas áreas e que dependiam da floresta para a sua sobrevivência.

*Comunidade na margem do Rio Amazonas, com habitações típicas da Região das Ilhas.*



Esse modelo de organização social e econômica se fortaleceu particularmente durante o período que ficou conhecido como “Ciclo da Borracha” (1830 a 1912), quando se acirraram as relações de dominação dos patrões sobre os fregueses, visto que os primeiros tinham controle quase absoluto sobre a produção e o destino das famílias que viviam como posseiros em suas terras.

Nas últimas décadas do século XX, o sistema de aviação entrou em decadência econômica. Nesse período, os trabalhadores rurais de Gurupá, a exemplo do que ocorria em outras regiões do Pará, iniciaram forte processo de organização e emancipação social que mudaria a situação sociopolítica do município. Passaram a lutar, de forma organizada e sistemática, contra o poder e a opressão dos patrões, reafirmando seus direitos legítimos à terra onde viviam e aos recursos naturais dos quais dependia a sua sobrevivência. Também nessa fase, estes trabalhadores se viram frente a novas ameaças que acirravam ainda mais as suas lutas: a devastação dos seus meios de vida em função da exploração predatória dos recursos naturais por empresas madeireiras e de beneficiamento do palmito de açaí.

É neste contexto de lutas pela afirmação de direitos fundiários e pela manutenção dos meios de vida que ocorreu o fortalecimento da organização comunitária e sindical em Gurupá. Essas são as bases de sustentação das iniciativas de regularização fundiária e manejo florestal comunitário que este documento procura sistematizar.

## *2.1 Antecedentes*

Uma forma de analisar e procurar compreender o curso da experiência de regularização fundiária e manejo florestal em Gurupá é resgatar os elementos que estavam em cena nos anos anteriores à própria experiência. Nesse sentido, destacamos alguns fatores que podem auxiliar a nossa reflexão. Em seguida, apresentamos uma seqüência cronológica com os fatos mais relevantes para a experiência.





Tomando como parâmetro da década de 1970, pode-se afirmar que a situação das famílias ribeirinhas da região de Gurupá era marcada pelos seguintes aspectos:

**Exclusão social e baixo nível de cidadania:** as famílias de trabalhadores rurais que viviam nas comunidades ribeirinhas da região não tinham conhecimento das leis que asseguravam seus direitos básicos. Elas estavam quase sempre em situação de vulnerabilidade social e econômica, submetidas a normas e limites impostos pelos patrões ou proprietários das terras. O acesso a serviços de saúde e educação era precário, dependendo quase sempre da boa vontade de patrões e políticos. A participação na vida política do município era inviabilizada tanto por sua condição de exclusão quanto pela resistência da elite local interessada em conservar o próprio poderio.

*Embarcação e habitações  
de famílias ribeirinhas  
na várzea do Rio Amazonas,  
com açaiçais ao fundo.*



**Insegurança fundiária:** no regime fundiário do sistema de aviação, as terras pertenciam, supostamente, aos patrões a quem os fregueses estavam submetidos. Mesmo tendo vivido por décadas a fio em uma mesma comunidade, as famílias não tinham nenhum direito fundiário assegurado. Os proprietários podiam requerer suas terras para outros fins ou vendê-las. Em caso de venda, a permanência das famílias na área dependeria da boa vontade do novo proprietário. Muitas vezes essas terras eram vendidas para empresas interessadas na exploração dos recursos naturais. Para as famílias não restava muita alternativa: estavam submetidas aos velhos patrões ou aos novos donos das terras, madeireiros e comerciantes de palmito de açaí.

**Exploração predatória dos recursos naturais:** em face da situação de insegurança fundiária, as famílias eram levadas a promover uma exploração predatória dos recursos naturais. Não havendo garantias



Foto: Ailton Dias



Foto: Lidiane Melo

de que permaneceriam em suas áreas, a única opção viável era a de explorar o máximo de recursos no menor tempo possível. A atuação de comerciantes atravessadores e dos patrões estimulava esta prática. A superexploração do açaí para a produção de palmito chegou a ameaçar a segurança alimentar das famílias em várias comunidades.

A compra das terras por empresas madeireiras também era ameaça latente, já que essas empresas promoviam a exploração dos recursos madeireiros até a sua exaustão. Os métodos para convencer os fregueses a ceder seus recursos florestais eram quase sempre baseados em trocas desiguais: um motor de barco em troca de todo o palmito de açaí de uma dada área; a abertura de uma estrada em troca de toda a madeira disponível na posse. Essas pequenas “doações” dos comerciantes e madeireiros ficariam depois conhecidas como “bombons”, ou seja, artifícios usados para usurpar os recursos naturais que eram, por direito, das famílias ribeirinhas.



Foto: Kátiuscia Fernandes



*Plenária com lideranças comunitárias discute a linha do tempo do processo vivenciado em Gurupá*

## *2.2 Linha do Tempo – a experiência de regularização fundiária e manejo florestal em Gurupá – PA*

Para se registrar o histórico da experiência de regularização fundiária e manejo florestal de Gurupá é importante resgatar o processo de organização comunitária e sindical dos trabalhadores rurais do município. Esse processo teve início na década de 70 e, para efeitos de apresentação, pode ser dividido em três fases ou períodos distintos, que são descritos a seguir.

### *1971 a 1986 – formação de base, participação política e luta por direitos*

A primeira fase do processo de organização dos trabalhadores rurais de Gurupá teve início a partir de 1971, com a chegada à região do padre Giulio Luppi, que assumiu a Paróquia de Santo Antônio de Gurupá. Motivado pela Teologia da Libertação, sua atuação era voltada para garantir maior presença da igreja na vida das populações carentes do município e na busca de solução para os seus problemas. Ao promover a formação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), a paróquia passou a desenvolver um trabalho não apenas sacerdotal, mas também de conscientização e mobilização das pessoas para promover mudanças na sua realidade.

A partir de 1974, a paróquia investiu na realização das semanas catequéticas e dos tríduos, atividades voltadas para a formação integral de lideranças comunitárias. Por meio desses processos formativos e da participação em outros eventos semelhantes, as lideranças locais eram convidadas a analisar a conjuntura social e política do município, do estado do Pará, do Brasil e até mesmo do cenário internacional.

Em 1975 foi criado o Conselho Paroquial, fórum que agregava lideranças comunitárias e agentes de pastoral para o planejamento e realização do trabalho de mobilização e promoção social liderado pela Igreja.

A partir de 1976 foram registrados avanços no processo de organização das comunidades. Ao participarem de encontros nos quais podiam trocar conhecimentos com moradores de outros municípios, os trabalhadores rurais de

Gurupá passaram a reivindicar seus direitos de participar da vida política do município e de ter organizações que representassem de forma legítima os seus interesses.

Em 1981, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) realizou um primeiro encontro com os agricultores de Gurupá para estudar os seus direitos fundiários com base no Estatuto da Terra (Lei nº 4.504, 30/11/1964). Nesse mesmo ano, foi publicado um jornal da Prelazia do Xingu, o “Bico”, que continha informações das lutas sociais de toda a prelazia e que, de certa forma, influenciou o movimento que ocorria em Gurupá.

No ano de 1982 as lideranças comunitárias de Gurupá decidiram concorrer com uma chapa de oposição na eleição para a diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), mas foram derrotadas nesta primeira tentativa. O STR havia sido criado em 1975, mas, desde então, vinha sendo controlado por grupos ligados aos patrões e políticos locais. Ainda naquele ano, o Partido dos Trabalhadores (PT) apresentou candidatos aos cargos de vereadores e a prefeito, conseguindo eleger os dois únicos vereadores eleitos pelo PT naquele pleito em todo o estado do Pará. Com isso intensificou-se uma participação mais ativa dos trabalhadores rurais na vida política do município.

Os conflitos por posse de terra envolvendo fregueses e patrões se intensificaram em 1983. Devido à inflação, o sistema de aviação que regia a forma de posse da terra e exploração dos recursos naturais estava em crise. Descapitalizados, os patrões passaram a vender os açaiçais para indústrias de palmito em conserva. A extração começou a ser feita por peões das fábricas, a mando dos patrões. Tal prática despertou a revolta dos trabalhadores rurais, que viram sua segurança alimentar ameaçada, já que o açaí é um produto básico de sua dieta.

Várias disputas entre fregueses e patrões foram levadas à justiça e aos poucos foi se fortalecendo a idéia de que eram os trabalhadores rurais, e não seus antigos patrões, os legítimos proprietários das terras.

Em 1984, os trabalhadores refletiram sobre a importância de conquistarem a direção do STR. Em 1985, traçaram uma estratégia de conquista, influenciada pela chegada do ex-seminarista Manoel do Carmo ao município e, também, pelo relato da experiência desenvolvida pelo movimento sindical de Santarém – PA. Com base nesta experiência, foi formada uma coordenação de oposição sindical e mobilizado grande número de trabalhadores rurais para obter, na sede do sindicato, o máximo de informações sobre a legislação sindical e os trâmites para uma nova eleição.

No ano de 1986, a coordenação de oposição sindical formou uma chapa e propôs a formação de uma comissão paritária para dirigir o processo de eleição da nova diretoria. Como essa proposta não foi aceita, os trabalhadores montaram um acampamento em frente à sede do STR e todas as denúncias de irregularidades encontradas na entidade foram encaminhadas à Delegacia Regional do Trabalho. Após 54 dias de

acampamento, o Ministério do Trabalho nomeou uma comissão provisória que dirigiu o processo eleitoral no qual os trabalhadores rurais obtiveram vitória com o lema “terra, saúde e produção”.

O acampamento de 1986 é considerado um marco na história do STR e do movimento social de Gurupá. O evento coincide com outro acontecimento marcante na memória local. O naufrágio criminoso do barco Livramento, usado pelo padre Giulio Luppi no seu trabalho pastoral junto às comunidades ribeirinhas. O afundamento da embarcação ocorreu em represália ao apoio do padre às reivindicações das famílias e ao seu processo de organização autônoma.

O Livramento foi afundado em março de 1986. A partir de então houve grande esforço para localizar a embarcação no fundo do rio Amazonas e trazê-la à tona, o que ocorreu somente um ano e oito meses depois. A insistência do padre e das lideranças locais em resgatar o barco é atribuída ao efeito simbólico dessa ação para o processo de resistência e organizações das famílias ribeirinhas. Depois de resgatado, o Livramento foi restaurado e até hoje serve como meio de transporte para o trabalho pastoral junto às comunidades de Gurupá.

### *1986 a 1996 – luta sindical*

De 1986 a meados de 1988, o STR, sob o comando de lideranças comunitárias, teve como bandeiras de luta a saúde, a terra e a produção. A luta pela posse da terra foi estimulando o interesse pela reforma agrária e várias demandas nesse sentido foram apresentadas ao Poder Judiciário local. Porém, os processos na justiça enfrentaram muito entraves, prevalecendo quase sempre o interesse dos patrões, que também eram apoiados pela administração municipal. A incompetência dos órgãos públicos para regularizar as terras em nome dos trabalhadores rurais agravou ainda mais o quadro. Mesmo em meio a todas essas dificuldades foram criadas em Gurupá 20 delegacias sindicais com aproximadamente 700 trabalhadores associados.



Em 1989, realizou-se o Seminário *O trabalhador rural de Gurupá em busca de alternativas*, no qual foram apresentadas as demandas provenientes do levantamento socioeconômico realizado pelo sociólogo Paulo Oliveira, então pesquisador do Movimento Leigo para a América Latina (MILAL), com a participação de lideranças sindicais e comunitárias. A partir do seminário foi elaborado um documento intitulado *A carta de Gurupá*, contendo metas para a melhoria das condições de vida e de trabalho na região. Após o seminário, foi elaborado projeto que apontava alternativas econômicas nos campos da agricultura, atividade extrativista e capacitação dos trabalhadores para a defesa dos recursos naturais.

Em 1992 é aprovado o Projeto Bem-te-vi, que havia sido encaminhado para a Comunidade Européia. O projeto alcançou alguns resultados importantes na busca de melhorias econômicas para os associados do STR, mas na sua implementação, foram identificados problemas e limitações, como por exemplo o fato de que o projeto absorvia quase todo o tempo dos dirigentes sindicais. Além disso, essas lideranças desconheciam as exigências burocráticas e contábeis demandadas pelo projeto, o que dificultou a governança e prejudicou a sua implementação.

Ainda em 1992 as lideranças comunitárias se engajaram na campanha eleitoral e elegeram um trabalhador rural para prefeito do município. Esse fato marcou o avanço da luta do movimento social em Gurupá. A nova gestão municipal priorizou demandas dos trabalhadores rurais, tais como assistência técnica, alfabetização de adultos e qualificação de professores, assim como o desenvolvimento do Projeto Gavião, no qual 27 professores concluíram o 2º grau.

Na página anterior, Barco Livramento; à direita, Sede do STR de Gurupá.



Em 1993 foi realizado o 2º Congresso do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Gurupá, e, nesta época, o sindicato contava com 944 sócios distribuídos em 40 delegacias sindicais. Aproveitando a oportunidade, as lideranças engajadas no projeto Bem-te-vi elaboraram um plano de trabalho envolvendo as delegacias sindicais e que tinha os seguintes pontos como linhas de trabalho:

- a) plano de produção agrícola e extrativista;
- b) plano de manejo florestal, de transformação e comercialização dos produtos;
- c) plano de financiamento bancário, regularização fundiária e gestão das conquistas.

Esse foi um momento que propiciou maior contato dos trabalhadores com os temas da regularização fundiária e do manejo florestal. Foram criadas 10 associações e cadastrados aproximadamente 230 pequenos produtores. Dentre as associações formadas destacou-se a APROSEM (Associação dos Pequenos Produtores do Setor Moju), a primeira criada no município de Gurupá.

Entre 1993 e 1997, os trabalhadores rurais continuaram em conflito contra os patrões e supostos proprietários das terras, ao mesmo tempo em que buscaram mais informações e conhecimentos sobre a legislação, reivindicando assim seus direitos em relação à posse da terra.

*Sede da Fase Gurupá*



## *1997 a 2006 – Regularização fundiária e manejo florestal*

Em 1997 a equipe de assessoria da FASE conheceu a iniciativa da ICCO para o Brasil e, aproveitando a oportunidade de financiamento externo, elaborou uma proposta de projeto a ser implementado pelo Projeto FASE-Gurupá. Este projeto foi criado com base nos estudos realizados pelo pesquisador Paulo Oliveira e nos dados do próprio Projeto Bem-te-vi, encerrado em 1995.

O projeto enviado à ICCO foi aprovado e a FASE instalou sua sede no município, fortalecendo a parceria com o STR. Para começar a implementar as ações do projeto a equipe da FASE realizou convênio com o ITERPA, a CPT e o STR e iniciou um levantamento detalhado da situação documental dos imóveis registrados no Cartório de Registros de Imóveis do município de Gurupá, nos arquivos do ITERPA e na Delegacia de Patrimônio da União. Isso permitiu a elaboração do retrato da estrutura fundiária local e possibilitou o desenvolvimento de estratégias de ação para a sensibilização das comunidades que seriam beneficiárias do projeto.

A atuação mais concreta da FASE se deu a partir de meados de 1998, com a identificação de questões estruturais que deveriam ser superadas com o objetivo de viabilizar a gestão ambiental e a organização de cadeias produtivas dos produtos florestais para a realidade amazônica e, em especial, para aquela vivenciada pela população do estuário do rio Amazonas.

Deve-se reconhecer que, mesmo com o Projeto FASE-Gurupá, o STR foi a organização que liderou a luta pela regularização fundiária. Essa organização fez o histórico de posse das terras de parte dos associados, negociou com o ITERPA e a Delegacia de Patrimônio da União (DPU) a regularização fundiária da posse de 90 famílias e criou perspectivas para que todos os seus associados também pudessem regularizar suas terras.

O processo de regularização fundiária se intensificou a partir de 1998 e, em 1999, foram elaborados os planos de uso de Camutá do Pucuruí – PA e da Ilha de Santa Bárbara – PA, já como um dos passos para a regularização das áreas.

Em 2000, dois anos após a solicitação de regularização das áreas das comunidades de remanescentes de quilombos e do Projeto de Assentamento Agroextrativista do Camutá do Pucuruí, foi realizado um evento comemorativo na cidade, no qual foram assinados os termos de concessão de direito real de uso e entrega do título para essas localidades. O evento contou com representantes das comunidades contempladas com o título, do ITERPA, do DRPU e do governo do estado. O total de área dos Quilombos foi de 85.469 hectares, beneficiando aproximadamente 400 famílias, e o do Camutá do Pucuruí foi de 17.853 hectares, beneficiando 24 famílias.





A regularização fundiária continuou em andamento e, em 2002, foi assinado o termo de concessão de direito real de uso para a Associação dos Trabalhadores Rurais da Ilha de Santa Bárbara, com uma área total de 1.306 hectares, beneficiando 15 famílias. Ainda em 2002, foi aprovado o plano de manejo florestal comunitário do Marajoí – PA, o primeiro plano de manejo de açazais do Pará, beneficiando 24 famílias.

Em 2003 foi realizado o Seminário sobre Regularização Fundiária na Região das Ilhas, contando com a presença de algumas lideranças rurais da região do estuário do Rio Amazonas e Tocantins (Região das Ilhas, Marajó, Pará), dos municípios paraenses de Breves, Afuá, Pontas de Pedras, São Sebastião da Boa Vista, Curralinho, Cachoeira do Arari, Salvaterra, Muaná, Gurupá, Bagre, Portel, Barcarena, Abaetetuba, Ananindeua e Belém, além de representantes de entidades ligadas ao desenvolvimento de ações sustentáveis na Amazônia, como CPT Guajarina, IEB e GTA.

O seminário ocorreu em Belém e teve como objetivo debater a situação de insegurança enfrentada pelas famílias ribeirinhas desses municípios, dada a falta de documentos de terra válidos. Além disso, o evento teve como objetivo propor alternativas para o desenvolvimento sustentável na região. Ao final do seminário foi elaborada uma carta com propostas a serem incorporadas nas políticas de desenvolvimento regional.

De 2003 à 2006, o processo de regularização fundiária continuou e, atualmente, algumas das comunidades residentes em terra firme ou várzea que deram entrada no processo de reconhecimento de suas terras ainda aguardam o termo de concessão de direito real de uso, como no caso da Ilha das Cinzas, o final da Ilha Grande de Gurupá, Gurupaí, Marajoí e Pucuruí, todos no Pará. No caso das áreas que já conseguiram o termo de concessão de uso, os desafios concentram-se na implementação do manejo madeireiro e não-madeireiro.

Em junho de 2006 foi realizado em Gurupá, no rio Urauaí, o I Encontro Municipal sobre o Manejo Comunitário dos Recursos Naturais, organizado pela FASE e STR com apoio do pró-varzea e pró-ambiente. O encontro contou com a participação de trabalhadores e trabalhadoras agroextrativistas da região no intuito de dar



*Lideranças comunitárias se reúnem para um dos momentos da sistematização*

continuidade aos processos de luta e articulação em torno do manejo dos recursos naturais existentes na região. Um dos resultados do encontro foi a elaboração de um manifesto dos trabalhadores rurais, que foi encaminhado para as instituições ambientais e disseminado para a comunidade acadêmica.

### 2.3 Fatos relevantes da experiência de Gurupá

Ano	Fato relevante
1971	Início da formação das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's).
1972	Abertura da Fábrica de Palmito do Marajoí.
1974 e 1975	Semanas catequéticas com produtores rurais. Início da organização comunitária e da resistência das comunidades ao domínio dos patrões.
1981	Primeiro encontro dos trabalhadores rurais.
1982	São eleitos, em Gurupá, os dois primeiros vereadores do PT no Pará.
1983	Aumentam os conflitos de terra envolvendo os trabalhadores rurais.
1985 e 1986	Acampamento e tomada do STR. Afundamento do barco Livramento.
1986 e 1987	Ações na justiça.
1988	Resgate do Livramento.
1989	Seminário dos trabalhadores rurais em busca de alternativas para Gurupá.
1990	Início do manejo do açaí no Marajoí. 1º Congresso do Sindicato dos Trabalhadores Rurais.
1992	Aprovação do Projeto Bem-te-vi pela Comunidade Européia. Ocupação urbana Aldeinha. Conflitos na região do Itatupã. Eleição de um trabalhador rural para prefeito do município.
1993	2º Congresso do Sindicato dos Trabalhadores Rurais.
1997	Início do Projeto da FASE em Gurupá. Convênio com ITERPA e CPT.
1997 e 1998	Criação das associações comunitárias. Início da regularização fundiária.
1998 e 1999	Processo de regularização fundiária em andamento. Planos de uso (Camutá do Pucuruí e Ilha de Santa Bárbara).
2000	Titulação das Comunidades de Remanescentes de Quilombos de Gurupá. Titulação do Projeto de Assentamento Agroextrativista do Camutá do Pucuruí.
2002	Cessão de direito real de uso para a Associação dos Trabalhadores Rurais da Ilha de Santa Bárbara. Aprovação e execução do plano de manejo florestal comunitário de açaizais nativos do Marajoí.
2003	Seminário sobre regularização fundiária na Região das Ilhas.
2006	Ano de encerramento do Projeto Demonstrativo da FASE-Gurupá. I Encontro Municipal sobre o Manejo Comunitário dos recursos naturais.



Foto: Alton Dias

*Rio Amazonas*

# [ 3 ] A experiência: o Projeto Demonstrativo de Gurupá

Nascido no avanço das ações e conquistas do movimento sindical e demais organizações de trabalhadores rurais e urbanos gurupaenses, o Projeto Demonstrativo Gurupá apresenta como principal desafio a construção, implantação e consolidação de referenciais de sustentabilidade para o desenvolvimento das pequenas cidades na Amazônia.

O Projeto Demonstrativo Gurupá iniciou suas atividades em fevereiro de 1997, com apoio financeiro da ICCO (Organização Interclesiástica para a Cooperação ao Desenvolvimento – Holanda). Concentrando suas ações até o momento no setor rural, o projeto atua junto a aproximadamente 1.200 famílias, em 20 das 64 comunidades que formam a base social da Paróquia de Santo Antônio de Gurupá.

Partindo das experiências de vida e processos organizacionais que ocorrem no município, o Projeto Demonstrativo Gurupá incentiva e apoia a organização das famílias na valorização econômica dos recursos naturais dos quais dependem para o seu trabalho, na perspectiva de geração de emprego e renda com conservação ambiental e melhoria da qualidade de vida. Para tanto, conta com equipe de profissionais e consultores que, em parcerias com órgãos governamentais e não-governamentais, desenvolve atividades integradas nas diferentes dimensões da vida econômica dessa população.

O projeto visa promover a regularização fundiária, o manejo e o processamento da produção florestal (madeira, açaí, palmito e fibras), a segurança alimentar, o manejo e valorização da produção pesqueira (peixe e camarão), o monitoramento socioeconômico e ambiental dessas atividades, o financiamento e a comercialização da produção, além da educação ambiental e profissional das famílias.

## *Segurança fundiária*

A segurança na terra é requisito essencial para a garantia de um compromisso de continuidade das atividades de uso e conservação dos recursos naturais.

Em conjunto com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Gurupá e associações locais, esse componente visa a regularização fundiária segundo as formas tradicionais de uso e ocupação da terra em áreas de terra firme (comunidades remanescentes de quilombos, assentamento agroextrativista) e várzea (concessão de direito real de uso pela União).

## *Manejo Florestal Comunitário – madeira, palmito e açaí*

O extrativismo de produtos florestais (madeira, palmito e açaí) se destaca como principal atividade produtiva das famílias gurupaenses. Estão sendo desenvolvidos planos de manejo comunitário florestal madeireiro em quatro comunidades de Gurupá.

Com o intuito de obter a certificação da produção madeireira e palmiteira, as atividades desencadeadas pelo Projeto Gurupá seguem os princípios e critérios do Conselho Mundial para o Manejo de Florestas (Forest Stewardship Council – FSC).

A adequação dos processos empíricos empregados no manejo dos açazais nativos, via cursos de formação e a realização participativa de inventários, levou à elaboração do Plano de Manejo de Açazais Nativos no Rio Marajói.



### *Agricultura familiar e segurança alimentar*

A utilização econômica de uma área agrícola por um tempo maior diminui a pressão sobre as áreas florestais. Nesse sentido estão sendo realizados experimentos de enriquecimento de capoeiras, acelerando o incremento de biomassa e diminuindo, assim, o tempo de pousio. Simultaneamente, estão sendo desenvolvidas roças experimentais com introdução de novas variedades de cultivos tradicionais (mandioca, caupi, milho, melancia e arroz) em áreas de terra firme e várzea, para aumentar a produtividade e a qualidade da produção familiar.

### *Sistema cooperativo de comercialização e financiamento*

O estabelecimento e permanência das formas de uso e transformação dos recursos naturais, baseado em critérios de sustentabilidade e certificação, somente serão garantidos com a remuneração adequada dos produtos do trabalho da família em sua unidade de produção. Para tanto, em dezembro de 1998 foi fundada a Cooperativa Mista Agroextrativista de Gurupá/COOMAG, destinada à comercialização de produtos florestais, agrícolas e pesqueiros dos pequenos produtores de Gurupá.

*Na página anterior, lideranças comunitárias e equipe do IEB durante a 2ª oficina da sistematização da experiência; abaixo, dinâmica de grupo durante a sistematização.*



## *Pesca artesanal e manejo do camarão*

Experiências piloto de exploração não-predatória da dourada e do camarão estão sendo realizadas em algumas comunidades rurais do município. O manejo comunitário do camarão iniciado na comunidade da Ilha das Cinzas – PA já é considerado uma experiência bem sucedida, e foi, inclusive, contemplada com o prêmio Tecnologia Social da Fundação Banco do Brasil.

Em relação à pesca artesanal, o esforço do projeto está voltado tanto para o fortalecimento das organizações dos pescadores quanto para o estabelecimento de acordos de pesca visando à exploração sustentável dos recursos pesqueiros. O melhoramento dos instrumentais de pesca e o monitoramento sistemático dessas atividades, tanto no aspecto produtivo quanto organizativo, têm como objetivo capacitar os pescadores para melhor negociarem o produto de seu trabalho no mercado.

## *Monitoramento ambiental*

Técnicas de geoprocessamento (SIG, análises de imagens orbitais, GPS) estão sendo utilizadas para o levantamento das formas de uso do solo e da dinâmica da paisagem no município de Gurupá. Esse componente tem como principal objetivo estabelecer critérios e indicadores ambientais para avaliar e monitorar as atividades relacionadas ao manejo florestal e agricultura familiar em áreas de terra firme e várzea. Em conjunto com as associações dos pequenos produtores serão elaborados Planos de Uso Múltiplo dos Recursos Naturais nas áreas que tiverem suas terras regularizadas (remanescentes de quilombos, assentamento agroextrativista...).

### *3.1 Enfrentando o problema fundiário*

Em meados da década de 90 algumas comunidades de Gurupá avançaram nas discussões e na implementação de experiências de manejo florestal visando aproveitar os recursos disponíveis, porém, de forma sustentável e sob o controle das comunidades. A tentativa de obter aprovação do IBAMA para estes planos de manejo de base comunitária esbarrou em um velho problema: as famílias não possuíam documentação comprobatória do seu direito sobre a posse da terra, item exigido pelo IBAMA para a aprovação dos planos de manejo.



Foto: Lidiane Melo

*Produção de violão por jovens da Cooperativa Mista Agroextrativista de Gurupá.*



Foto: Lidiane Mello

*Jovens trabalhando na oficina de marcenaria da Cooperativa Mista Agroextrativista de Gurupá.*

Tal exigência funcionou como um banho de água fria nas esperanças das comunidades de explorar seus recursos naturais de forma legal e sustentável. Essas limitações colocavam as organizações locais diante de uma necessidade urgente: era preciso documentar e regularizar a terra a fim de garantir a segurança fundiária e a possibilidade de manejar os recursos naturais dentro da legalidade.

Esse diagnóstico explica por que o tema regularização fundiária é um dos eixos centrais do projeto iniciado pela FASE em 1997, em parceria com o STR e associações comunitárias de Gurupá. Esse projeto reafirmava o princípio de que a segurança fundiária é requisito essencial para o uso e conservação dos recursos naturais por parte das populações locais. Por essa razão foi prevista no projeto uma linha de ação estratégica relacionada à regularização fundiária das áreas ocupadas pelas comunidades ribeirinhas que formam a base do STR de Gurupá.

Um dos primeiros passos dados no sentido de enfrentar o problema fundiário foi o estabelecimento de um convênio entre a FASE, a CPT e o Instituto de Terras do Pará (ITERPA). Mediante esse convênio, firmado em 1997, foi realizado levantamento detalhado da situação documental dos imóveis registrados no Cartório de Registros de Imóveis do município de Gurupá, no arquivo do ITERPA e na Delegacia do Patrimônio da União (DPU). Isso permitiu a elaboração de um retrato atualizado da estrutura fundiária local, demonstrando a situação caótica e inúmeras irregularidades nos títulos e registros de propriedade das terras no município. Em resumo, o levantamento fazia as seguintes constatações:

- A área total coberta por títulos registrados nos órgãos públicos era 335 vezes maior que o espaço territorial do município;
- Na maioria dos casos não há relação direta entre os registros que integram o acervo fundiário do ITERPA e o Livro de Registro de Imóveis do cartório de Gurupá;
- Não há referências ao certificado de cadastro do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e à comprovação do pagamento do Imposto Territorial Rural (ITR), conforme determina a legislação agrária brasileira.

Como recomendação, o estudo apontou:

- Adoção de providências por parte dos órgãos públicos competentes, entre elas a inspeção no Cartório de Registro de Imóveis de Gurupá;
- Ajuizamento de uma ação discriminatória judicial para identificar os imóveis pertencentes a particulares e aqueles que ainda integram o patrimônio público.



Simultaneamente, foi montado, no âmbito do projeto, um laboratório de sensoriamento remoto e iniciada a implantação do Sistema de Informações Geográficas (SIG), que passou a fornecer informações e mapas temáticos, tanto para subsidiar as ações relacionadas ao planejamento do uso dos recursos por parte das comunidades, quanto para embasar as ações futuras de regularização das terras ocupadas pelas famílias ribeirinhas.

Nos anos de 1998 e 1999 foram realizadas várias reuniões e encontros com as comunidades de Gurupá para discutir os resultados do levantamento fundiário e definir as estratégias para se conseguir a regularização fundiária das terras. Em maio de 1999 foi realizado um seminário em Gurupá no qual foram debatidas as várias formas de regularização possíveis, além de definir aquelas áreas consideradas prioritárias: remanescentes de quilombos, Ilha Santa Bárbara e comunidade de Camutá do Pucuruí. Os resultados desse seminário foram discutidos nos meses seguintes em 19 comunidades, sendo realizadas 47 reuniões com um total de 430 famílias envolvidas.

Todo esse processo de discussão serviu para informar as lideranças locais sobre as limitações jurídicas para alcançar a regularização das terras e sobre as ações organizativas, administrativas e burocráticas que as comunidades teriam de realizar. Além disso, os debates permitiram esclarecimentos sobre as várias modalidades de regularização fundiária, as suas limitações, vantagens e desvantagens para as famílias.



*“ Um problema que nós sempre enfrentamos aqui em Gurupá é o da contra-informação. Quando começamos o processo de organização das comunidades, os patrões e a elite diziam que nós éramos comunistas, subversivos. Depois, como nós mostramos na prática que não era nada disso, eles passaram a dizer que a FASE ia tomar as terras das famílias. Essa é uma versão que ainda perdura no município de Gurupá e mostra que uma parte da sociedade se mantém resistente a esse processo de regularização. ”*

**Adamor,**  
*morador de Gurupá*

*Igreja de Santo Antônio  
e São Benedito*



Foto: Lidiane Melo

## Características gerais das modalidades de regularização fundiária adotadas em Gurupá

### **Modalidade: área remanescente de quilombos**

*Características: o reconhecimento dos direitos fundiários de populações remanescentes de quilombos é garantido pelo artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. A competência para proceder a titulação de uma área remanescente de quilombo é do ITERPA (nas áreas de responsabilidade do governo do Estado do Pará) ou Fundação Cultural Palmares (nas áreas sob jurisdição federal). Por meio desses órgãos, o governo emite um título definitivo de propriedade coletiva em favor de uma Associação dos Remanescentes de Quilombos. Essa passa a ser a responsável legal pelas terras, que não poderão ser loteadas ou vendidas. Os custos de vistoria, demarcação, cadastro das famílias e registro do título em cartório são de responsabilidade dos órgãos de governo.*

### **Modalidade: Reserva Extrativista (Resex)**

*Características: a RESEX é uma modalidade de regularização fundiária que surgiu com base na luta do Conselho Nacional dos Seringueiros e que visa reconhecer os direitos fundiários de populações tradicionais que têm o extrativismo como a sua atividade econômica principal e seu modo de vida. A competência para conduzir o processo de demarcação e vistoria da área é do IBAMA/CNPT, que também auxilia a associação dos extrativistas na elaboração de um plano de uso sustentável dos recursos naturais. Cumpridas estas etapas o processo é enviado para a assinatura do Presidente da República. Em seguida é emitido um decreto de criação da RESEX. O direito de uso é concedido a título gratuito, sendo válido inicialmente por 10 anos, podendo ser renovado uma vez cumpridas as regras estabelecidas no plano de uso e na legislação ambiental vigente.*

### **Modalidade: Reserva de Desenvolvimento Sustentável**

*Características: a criação de uma RDS obedece às mesmas regras observadas para a RESEX. O grupo interessado na criação da unidade deve fazer uma solicitação formal ao IBAMA. São necessárias a realização de estudos do potencial de exploração sustentável da área e a criação de uma associação de moradores. Essa deverá elaborar um plano de uso dos recursos naturais, a ser aprovado pelo IBAMA como condição para o recebimento da concessão do direito de uso. A diferença em relação a RESEX é que a RDS pode ser criada tanto pelo Governo Federal quanto pelo estado ou município.*

### **Modalidade: Projeto de Assentamento Agroextrativista**

*Características: o Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) é uma modalidade de regularização fundiária que pode ser federal (criado pelo INCRA) ou estadual (ITERPA). Essa modalidade visa beneficiar as famílias que vivem dos recursos da floresta para que explorem atividades economicamente viáveis e ecologicamente sustentáveis. Depois de ter sido apresentado o requerimento de criação de um PAE, o ITERPA (ou o INCRA, se a área for federal) faz o levantamento da situação socioeconômica das famílias e demarca a terra. Se existirem propriedades particulares, elas serão desapropriadas. Os moradores deverão criar uma associação que ficará responsável pelas terras por meio de um contrato de concessão de direito real de uso.*

### **Modalidade: cessão de uso**

*Características: as áreas de várzea e os terrenos de marinha são legalmente de propriedade da União. Para a titulação dessas áreas, a lei determina que seja celebrado um contrato de concessão de uso entre a GRPU e os ocupantes. Esse contrato pode ser individual ou coletivo. No caso de titulação coletiva os interessados devem constituir uma associação que cuida da*



tramitação de todo o processo e assina o contrato com a União. Os moradores decidem entre eles quais serão os limites de respeito de cada sócio, de acordo com o tamanho da área ocupada por cada família. GRPU deve fazer uma vistoria da área. O processo não é rápido, pois deve ser remetido à Brasília e submetido ao parecer de vários ministérios. Cumprida essa etapa, o governo assina um contrato de concessão de direito real de uso. Quando a concessão é coletiva, cada família recebe da associação uma autorização para continuar usando a área que ocupa.

### Modalidade: **titulação individual**





Características: a regularização fundiária via titulação individual das parcelas é um dos meios mais caros e demorados. Nesse caso, os requerentes (pessoas ou grupos) deve fazer um requerimento junto ao órgão de terras do estado, que, no caso do Pará, é o ITERPA, pagar a taxa de vistoria e aguardar que os técnicos do governo façam esse levantamento. Sendo constatado pelo técnico que existem benfeitorias que comprovam a utilização do imóvel, começa a demarcação, cujo custo também deve ser pago pelo requerente. O tamanho máximo das parcelas tituladas, neste caso, é de 100 hectares. Uma das maneiras de reduzir os custos é fazer requerimento coletivo para vistoria e demarcação das áreas. Neste caso é importante reunir um grande número de famílias para que todas as posses sejam demarcadas ao mesmo tempo. No final do processo, cada um recebe seu título individual.

CARTA IMAGEM DO MUNICÍPIO DE GURUPÁ  
ATUAÇÃO DO COMPONENTE FUNDIÁRIO NO MUNICÍPIO DE GURUPÁ






#### Legendas

-  Limite Municipal
-  Sede do Município

#### Áreas com processos finalizados:

-  Associação dos Remanescentes de Quilombos do Município de Gurupá: 83.437,13 ha
-  Assentamento Agroextrativista do Camutá do Pucuruí: 17.852,83 ha
-  Ilha de Santa Bárbara: 1.306,4391 ha
-  Comunidade Maria Ribeira: 2.031,8727 ha

#### Áreas com processos em andamento:

-  Ilha das Cinzas e parte das Pracubinhas: 4.168,3135 ha
-  Ilha do Urutai: 11.533,6661 ha
-  Área quilombola a ser ampliada: 8.073,42 ha
-  RDS Jaburu/Tauari: 64.500 ha
-  Resex Marajo/Pucuruí: 151.000 ha

Mapa elaborado a partir de imagem do Radar Jers-1 e Imagens LANDSAT ETM+7 e TM5 Bandas R5, G4 e B3 de 1/8/2001, 5/11/2001 e 3/7/1998.



## O passo-a-passo da regularização fundiária: lições da experiência de Gurupá.

- 1** *Buscar conhecer a realidade vivida pelas comunidades, sua territorialidade e identidade sociocultural. Isso pode ser feito por meio de um diagnóstico socioambiental fundamentado no diálogo com as lideranças e famílias residentes nas comunidades;*
- 2** *Aprimorar o conhecimento de lideranças, técnicos e assessores sobre os instrumentos jurídicos vinculados a regularização fundiária e sobre os dados fundiários sobre a região de interesse dos grupos e/ou organizações locais. Com o conhecimento dos instrumentos jurídicos, dos dados fundiários e da realidade vivida pelas famílias, pode-se verificar as demandas reais das comunidades e dar início ao processo de regularização;*
- 3** *Compartilhar com o poder público municipal e organizações interessadas as informações identificadas no diagnóstico. Com base nessa troca de conhecimentos, traçar uma estratégia de regularização fundiária para o município como um todo;*
- 4** *Iniciar a discussão dos planos de usos com as comunidades logo no início do processo, antes mesmo das ações relacionadas à regularização estarem concluídas;*
- 5** *Realizar o levantamento cartorial de toda a titulação e documentação de terras do município. Essa atividade pode ser executada por meio da parceria entre as organizações locais e poder público, pois demanda tempo, recursos financeiros e humanos. Isso é fundamental para que o processo se torne mais ágil.*
- 6** *Com base no levantamento cartorial e no diagnóstico socioambiental, definir as áreas prioritárias para se fazer a regularização fundiária, em comum acordo com as organizações locais e parceiros;*
- 7** *Realizar o levantamento das famílias que ocupam as áreas prioritárias para regularização (levantamento ocupacional) e identificar os limites de respeito tradicionalmente adotados por essas famílias;*
- 8** *Treinar as lideranças locais e membros das organizações comunitárias no uso do GPS para que as mesmas possam realizar o mapeamento das áreas que se pretende regularizar. Esse mapeamento deve enfatizar os limites de respeito estabelecidos entre famílias vizinhas e o perímetro total da área a ser regularizada;*

9

*Cruzar as informações do levantamento cartorial com os dados do levantamento ocupacional e mapas produzidos. Por meio desse cruzamento as comunidades podem discutir e definir as modalidades de regularização mais adequadas para cada área (individuais ou coletivas/ associativas). Além disso, esse cruzamento de informações facilita a discussão dos planos de uso das áreas;*

10

*Utilizar os mapas gerados e levantamentos realizados para alimentar as discussões das comunidades sobre a regularização de suas áreas e sobre as alternativas mais viáveis para o uso sustentável dos recursos naturais por parte das famílias;*

11

*Se as terras a serem regularizadas forem da União será necessário que o órgão federal responsável, a Gerência Regional do Patrimônio da União (GRPU), repasse a responsabilidade para o INCRA para que esse possa viabilizar o processo de regularização. Esse **repasso de responsabilidade** agiliza o processo pois o INCRA, órgão fundiário da União, possui maior capacidade financeira e humana para a execução das atividades, além de estar amparado juridicamente para a execução de tais funções;*

12

*Evitar a padronização de modelos de regularização fundiária. Cada área demandará uma solução específica. Em casos onde não cabe a regularização fundiária familiar (individual), que se faça de maneira associativa. Para cada realidade deverá ser buscada ou criada uma realidade jurídica que se adapte a ela;*

13

*Incentivar e provocar a integração de esforços da Procuradoria do Tribunal de Justiça, Ministério Público, Advocacia Geral da União e órgãos fundiários do estado e da federação, para que juntos possam viabilizar os processos de regularização fundiária de maneira mais ágil;*

14

*O processo de regularização fundiária deve ser acompanhado por um ou mais advogados de confiança das organizações comunitárias e pode demorar vários anos. Durante este período é importante **manter constante comunicação com as comunidades** para informar sobre o andamento dos processos para que os mesmos não caiam em descrédito perante as famílias.*

*Elaborado com base na cartilha "Como documentar a terra: uma luta constante", elaborada por Pedro Alves Vieira, da FASE, com assessoria de Girolamo Treccani.*

### *3.2 As iniciativas pioneiras: novos arranjos fundiários e reordenamento territorial em Gurupá*

Após a pesquisa sobre as diferentes modalidades de regularização fundiária e categorias de unidades de conservação previstas na legislação brasileira, as comunidades puderam optar pela forma mais adequada para se obter a documentação de suas áreas. A criação de associações comunitárias capazes de mediar as negociações coletivas entre as famílias e os órgãos do estado foi um passo fundamental para o encaminhamento dos processos.

Como a maioria das áreas de várzea é legalmente de propriedade do poder público, uma alternativa inovadora encontrada pelas organizações foi a de viabilizar a assinatura de um Contrato de Concessão de Direito Real de Uso mediante o qual o estado atribui a uma associação comunitária a responsabilidade de gerenciar um imóvel rural. A inexistência de experiências anteriores semelhantes em âmbito estadual exigiu a negociação e elaboração de um item administrativo apropriado por parte do poder público. Tal procedimento abriu caminho para que novos processos de regularização fundiária fossem encaminhados ao ITERPA.

As primeiras experiências bem sucedidas de regularização são descritas a seguir, explicitando os diversos arranjos fundiários que compõem atualmente o novo ordenamento territorial de Gurupá.

Foto: Katiuscia Fernandes




*“ O tamanho da área e o número de famílias das comunidades influencia muito na escolha da modalidade. Se a área é grande a discussão tende mais para a Resex ou RDS. Mas se é uma área menor, como uma ilha, por exemplo, o PAE é a modalidade mais adequada, pois a área já está loteada seguindo os limites de respeito da própria comunidade. ”*

**Valmir,**  
*morador da Ilha das Cinzas*

## O Projeto de Assentamento Extrativista de Camutá do Pucuruí

A comunidade de Camutá do Pucuruí ocupa uma área total de 17,8 mil hectares onde vivem e trabalham 24 famílias. Após intensos debates sobre as perspectivas de regularização de suas terras a comunidade optou pela modalidade de Projeto de Assentamento Extrativista (PAE) mediante o contrato de Concessão de Direito Real de Uso firmado entre a associação local e o ITERPA. Por meio desse instrumento legal, a área continua pertencendo ao estado, que concede o direito real de uso, por um determinado período de tempo, para uma organização local que represente a população residente na área. Para tal foi criada a Associação dos Trabalhadores Rurais do Camutá do Pucuruí (ATARCP). Em 2000, a comunidade aprovou o seu Plano de Uso dos Recursos Naturais e nesse mesmo ano foi emitido o título de concessão do ITERPA em nome da associação.



*“ Em muitas comunidades a regularização fundiária e reordenamento territorial foi acontecendo de fato, antes de qualquer ação junto ao estado. No Camutá do Pucuruí, por exemplo, foi a própria comunidade que discutiu a necessidade de se ter uma reserva que ficaria como área não explorada. Então a regularização fundiária já vinha acontecendo de fato e só depois ela passou a acontecer de direito. Foi a oficialização daquilo que a comunidade já tinha definido como limite de respeito e como forma de uso dos recursos naturais. ”*

*Nivaldo, morador do Santo Antônio do Camutá do Ipixuna*







*“ Quando solicitamos ao estado a regularização fundiária de uma área de 17,8 mil hectares para 24 famílias, os técnicos argumentaram que isso era impossível por que no Pará a lei previa que a área máxima que o governo pode ceder a cada família é de 100 hectares. Ai nós argumentamos que nestes 17,8 mil hectares a comunidade tinha definido áreas de reserva, áreas para caça, para roça e para retirada de madeira. Mostramos isso tudo no mapa e então as negociações puderam continuar. ”*

**Bira, Coordenador local da Fase Gurupá**

Na modalidade PAE o documento emitido pelo ITERPA refere-se a uma área coletiva a ser gerenciada pela associação. De posse deste documento e em comum acordo com as famílias que residem no local, a associação emite uma declaração de posse reconhecendo os limites dos lotes individuais que cada família ocupa e explora. Para efeito legal, inclusive para a aprovação de planos de manejo junto ao IBAMA ou projetos de crédito rural, cada família deve apresentar a sua declaração de posse emitida pela associação em anexo ao Contrato de Concessão de Direito Real de Uso firmado com o ITERPA.

### ***A regularização das áreas remanescentes de quilombos***

A regularização das áreas remanescentes de quilombos existentes em Gurupá exigiu que as comunidades localizadas nesses locais realizassem um debate interno resgatando a sua história e a demarcação da terra segundo os padrões tradicionais de ocupação e uso do território.

*“No início, quando começamos a discutir a questão das áreas remanescentes de quilombo, estava claro pra nós que a população das comunidades do Jocojó e Ribeira tinha traços muito característicos de afrodescendentes e o histórico daquela área confirmava que era mesmo remanescente de quilombo. Quando começamos a discutir, outras comunidades vizinhas passaram a argumentar que elas também tinham a mesma origem, pois tinham laços de parentesco estreitos com o pessoal do Jocojó e Ribeira. Por isso a discussão se ampliou para outras comunidades.”*

**Bira, coordenador local da Fase Gurupá**



Foto: Lidiane Melo

O dispositivo legal utilizado para requerer a regularização da área junto ao estado foi o Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, no qual está previsto que:

***Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras, é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o estado emitir-lhes títulos respectivos.***

De posse dessa argumentação legal foi solicitado ao governo do estado a regularização da área, o que foi feito por meio do Decreto Estadual 3.572/99, assinado pelo governador do estado, e da Instrução Normativa número 2 de 16 de novembro de 1999, assinada pela presidência do ITERPA.

O documento emitido pelo governo do estado é de caráter coletivo e em favor da associação que representa a população da área, a Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos de Gurupá (ARQMG). Nesse caso específico, a associação representa não apenas uma, mas um conjunto de comunidades localizadas em várias áreas do território de Gurupá. A área total regularizada por esta modalidade é de 87 mil hectares, onde vivem um total de 350 famílias.

*“A entrega do título dos quilombos, em 2000, foi também um momento marcante, no qual fizemos uma grande mobilização para ter a presença de pessoas de todo o município e passar a mensagem de que se os quilombos conseguiram documentar a sua terra as outras comunidades também podiam conseguir.”*


***Bira, coordenador local da Fase Gurupá***

*Bate-papo com lideranças comunitárias sobre as modalidades de regularização fundiária em Gurupá*



## **Ilha de Santa Bárbara: uma concessão de direito real de uso**

A comunidade da Ilha de Santa Bárbara, após intensas discussões, encaminhou o seu processo para regularização da área à Delegacia do Patrimônio da União (DPU). O STR de Gurupá e a equipe da FASE tiveram papel chave na assessoria e na orientação ao grupo, uma vez que foi necessário que os moradores estabelecessem entre si acordos quanto aos limites de respeito das áreas individuais de cada família. Um mapa fundiário da ilha foi elaborado com pontos coletados por GPS de acordo com os limites estabelecidos pelos moradores.



*“ Também tivemos problemas fundiários entre os próprios posseiros da comunidade. Por isso na Ilha de Sta. Bárbara nós tivemos que discutir muito os limites de respeito e as regras para exploração dos recursos. Tivemos que lutar pela documentação da terra, mas, também, lutar pela manutenção dos recursos naturais. ”*

**Alípio**, morador da Ilha de Santa Bárbara

Para se adequar à modalidade de concessão de direito real de uso a Associação dos Trabalhadores Rurais da Ilha de Santa Bárbara (ATRISB) teve que reformular seus estatutos em função das novas necessidades legais, especialmente as relacionadas ao contrato de concessão firmado com a DPU.

*“No caso da Ilha de Sta. Bárbara nós queríamos criar uma forma de garantir os direitos fundiários daquela comunidade. Para isso tivemos que criar um novo dispositivo legal, que foi a concessão de direito real de uso. Mas hoje temos um desafio pela frente porque nessa modalidade de regularização as famílias não estão incluídas no programa de reforma agrária do Governo Federal. Estamos discutindo como podemos fazer esta inclusão.”*

**Bira**, coordenador local da Fase Gurupá

Paralelamente ao processo de regularização fundiária, a comunidade trabalhou na elaboração do seu Plano de Uso dos Recursos Naturais, cuja finalização e publicação foi realizada em 2000. A ilha possui uma área de 1.306 hectares e nela vivem 18 famílias. O título de concessão de uso gratuito para a Associação dos Trabalhadores Rurais da ilha de Santa Bárbara (ASTRIB) foi emitido em 2002.

## A criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) do Itatupã-Baquiá

A região do Itatupã-Baquiá é formada por sete comunidades ribeirinhas situadas na Ilha Grande de Gurupá, região de várzea do município. Ao debaterem um plano de uso dos recursos naturais da região (pesca, caça, madeira, açaí) essas comunidades se depararam com o risco de perderem suas terras para indústrias madeireiras que diziam ser as verdadeiras proprietárias.

Depois de muitas reuniões e debates, as comunidades, com o apoio de organizações como o STR de Gurupá, FASE, Câmara dos Vereadores, Pró-Várzea e Conservação Internacional, prepararam pedido oficial de criação de uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS). A solicitação de criação de uma unidade de conservação de âmbito federal se deu em função das desconfianças das comunidades em relação às políticas estaduais e municipais. O reconhecimento por parte do Governo Federal mostrou-se a opção mais segura naquele momento.

A RDS foi decretada em 2005 e trata-se da primeira unidade desse tipo implantada no País pelo Governo Federal, apesar de estar prevista no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) desde 2000.

A Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas do Itatupã-Baquiá é a organização que representa os moradores da reserva, que conta com uma área de 64.753 hectares e onde vivem 142 famílias. A associação também encaminhou ao INCRA o pedido de inclusão das famílias no Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA).



Foto: Kátiuscia Fernandes

*“ Temos que pensar em modalidades de regularização (Resex ou RDS) que tragam junto um processo educacional na íntegra do ser humano. Uma opção que não seja apenas para ler e escrever, mas para ser a consciência de que a terra é minha irmã e minha mãe. É um pedaço de mim, é minha vida. Por isso eu quero uma pedaço dela com segurança, sem que ninguém venha me tirar de lá, porque eu preciso zelar por ela. Temos que entender a RDS ou a Resex como um programa de saúde, um programa de segurança, para se construir a vida. ”*

**Moacyr**, morador da cidade de Gurupá

## Processos de titulação Individual

As primeiras investidas das organizações de Gurupá em busca da regularização das terras ocupadas pelas populações tradicionais consideravam a titulação individual dos lotes como opção prioritária. Mas a realização do levantamento fundiário do município logo demonstrou a inviabilidade desse tipo de titulação, especialmente para as áreas de várzea, que, segundo a legislação agrária brasileira, pertencem à União, a quem compete conceder o direito de uso, mas não a posse definitiva.

Ainda desconhecendo essa realidade, foram feitas tentativas de titulação individual na região do Rio Marajoí, porém sem sucesso.

*“ A titulação individual da terra (para cada família) foi um sonho que não prevaleceu, uma esperança vã. Chegamos a tentar, mas o processo ficaria caríssimo e seria muito burocrático. Não tínhamos conhecimento das outras modalidades e então acabamos optando por criar uma Resex. ”*

**Edgar Pantoja,**  
morador da cidade de Gurupá



Foto: Lidiane Melo

Outras tentativas, desta vez em áreas de terra firme, foram bem sucedidas, a exemplo da titulação individual de cerca de 80 lotes, na região do Bacá-estrada.

*Moradia na margem  
do Rio Amazonas.*



Foto: Lidiane Melo

### 3.3 A elaboração dos planos de uso comunitários

A elaboração de normas comunitárias capazes de regular o uso dos recursos naturais por parte das famílias ribeirinhas é um dos elementos mais importantes da experiência de Gurupá. A decadência do sistema de aviamento e da dominação dos patrões sobre as famílias fez surgir um novo desafio para as comunidades: tornava-se urgente disciplinar as formas de uso dos recursos naturais, instituindo novas regras e acordos coletivos em substituição às normas que, no passado, eram ditadas pelos patrões.

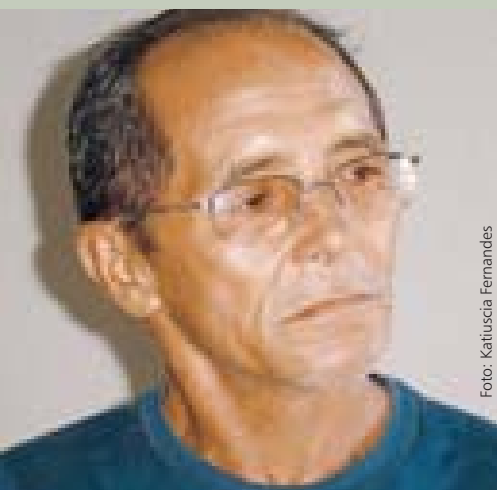


Foto: Kátiuscia Fernandes

*“ Antigamente se explorava a terra sem controle porque a terra não tinha dono. Hoje a terra é da comunidade e precisa ser preservada para garantir o futuro. ”*

*Dico, Rio Pucuruí*

A primeira iniciativa voltada para o estabelecimento de normas comunitárias de regulação ambiental ocorreu na região do Camutá do Pucuruí entre os anos de 1979 e 1980. Preocupadas com o crescente processo de degradação ambiental que ameaçava o modo de vida local, algumas lideranças sindicais promoveram atividades de conscientização das famílias sobre a necessidade de se estabelecer limites para a exploração dos recursos naturais. Dessa forma se pretendia garantir a sustentabilidade do patrimônio natural no médio e longo prazos.

Os debates realizados na ocasião culminaram com a definição de uma espécie de lei ambiental comunitária, que estabelecia limites para a caça, pesca e extrativismo vegetal. Além disso, o acordo estabeleceu uma área de reserva ambiental na comunidade, que ficaria protegida da exploração e da caça. Com a aceitação das normas por parte das famílias, a comunidade logo percebeu a recuperação da população de animais de caça e a possibilidade de uso sustentável dos recursos naturais.

É importante lembrar que essa busca de uma nova institucionalidade capaz de regular o uso dos recursos se dava numa situação em que as agências do estado se mostravam ausentes ou impossibilitadas de exercer uma função real de regulação ou controle ambiental e territorial na região.

Com a evolução das discussões em torno da regularização fundiária, a partir de 1997, surgiu a necessidade de formalizar aquelas normas comunitárias que já vinham sendo praticadas havia vários anos. Essa formalização se deu por meio da discussão e elaboração de um documento que passou a ser chamado de plano de uso, incorporando assim um termo técnico usado pelo IBAMA.



“ O plano de uso é a lei básica da comunidade, que ela própria discutiu e adotou ao invés de pegar uma lei que vem de Brasília ou de São Paulo e que é contra a realidade que vivemos. Por isso tomamos a decisão de criar o plano de uso que é nossa lei ambiental, por que aqui não tinha uma. ”

*Codó, morador da cidade de Alto Jaburu*

O plano de uso do Camutá do Pucuruí foi publicado e distribuído para diversos órgãos do poder público municipal, estadual e federal. Esse documento foi uma peça importante no processo que culminou com a regularização fundiária da comunidade via criação de um Projeto de Assentamento Agroextrativista. Além disso, o plano de uso possibilitou um diálogo mais qualificado entre as lideranças locais e atores externos, como a prefeitura, juízes e agentes do IBAMA, entre outros.

Partindo do exemplo de Camutá do Pucuruí outras comunidades de Gurupá procuraram estabelecer as suas próprias normas e parâmetros de regulação ambiental formalizadas pela publicação e divulgação de planos de uso. Esse foi o caminho seguido pelas comunidades da Ilha de Santa Bárbara, São João do Jaburu e Moju.

Um apoio importante para a elaboração de Planos de Uso foi a aprovação de quatro projetos junto ao Pró-Várzea, tendo como proponentes as associações comunitárias. Estes projetos apoiaram, por exemplo, a elaboração dos planos de uso das comunidades de São João do Jaburu e Moju, permitindo assim a discussão e expansão deste modelo de regulação ambiental para a região do Itatupã-Baquíá.

A apresentação de projetos ao Pró-Várzea foi uma estratégia adotada pelas organizações locais no sentido de fortalecer a capacidade das próprias associações comunitárias em gerenciarem projetos e, ao mesmo tempo, permitir a consolidação do trabalho realizado anteriormente pela FASE e pelo STR.

A elaboração dos planos de uso está intimamente ligada ao processo de organização comunitária. A sua construção participativa resulta no aprimoramento dos laços de confiança e colaboração mútua na gestão de recursos comuns. A instituição do plano de uso facilita a negociação entre a comunidade e agentes externos tendo em vista a melhoria das condições de vida no local, objetivo principal das associações comunitárias.



O plano de uso também contribui para a segurança alimentar das famílias na medida em que garante a sustentabilidade da caça e da pesca, além de melhorar a capacidade de gestão das famílias e o planejamento do uso dos recursos naturais disponíveis.

Em Gurupá, o estabelecimento de normas ambientais comunitárias (plano de uso) ocorreu antes das ações voltadas para a regularização fundiária propriamente dita. Este procedimento é o inverso do que vem sendo preconizado pelo IBAMA que, em casos similares, costuma direcionar esforços prioritariamente para a criação formal de unidades de conservação de uso sustentável. Dentro dessa lógica de operação, a elaboração de planos de uso fica para uma etapa posterior à criação formal da unidade.

*“O direito não nasce da lei, nasce de uma necessidade. Se não existisse a necessidade não existiria a lei. O IBAMA só aceita o plano de uso depois de feita a regularização fundiária. Isso é o contrário do que fizemos em Gurupá porque até que seja concedida a regularização, até passar por todas as gavetas do sistema, a situação já se agravou muito. Foi por isso que a comunidade se antecipou a passou a discutir o plano de uso antes da regularização ser concluída. Isso não está previsto em lei, mas a necessidade obrigou”*

***Adamor, morador da cidade de Gurupá***

Para as lideranças locais de Gurupá, os processos de sensibilização, organização comunitária e discussão do plano de uso precedem as ações voltadas para a regularização das terras. O sentido das ações é de melhorar a qualidade de vida nas comunidades ribeirinhas, o que requer esforços nas áreas de educação, cidadania, acesso a informação, participação nas organizações e conquista de políticas públicas. As discussões em torno das modalidades de unidades de conservação ou de regularização fundiária devem ser a última etapa do processo.

*“O que queremos discutir com a comunidade é o plano de uso para que tenhamos uma melhor qualidade de vida para o nosso povo. Se nós começarmos a discussão pela modalidade podemos confundir a cabeça do nosso povo com tanta sigla (RESEX, RDS, PAE etc...)”*

***Moacyr, morador da cidade de Gurupá***

## Planos de uso e planos de manejo

*Planos de uso e planos de manejo são dois instrumentos importantes para que as comunidades possam utilizar seus recursos naturais de forma planejada e sustentável. Os planos de uso referem-se a acordos mais gerais que a comunidade estabelece de forma a disciplinar o uso dos recursos naturais e os cuidados que se deve ter com áreas de uso comum, rios, igarapés, lagos e estradas, entre outros. Em geral esses planos baseiam-se na maneira tradicional das comunidades utilizarem os recursos disponíveis.*

*Já os planos de manejo são mais específicos e referem-se às normas de exploração de determinados recursos naturais, como a madeira e o açaí, por exemplo. Esses planos procuram estabelecer critérios técnicos para a exploração sustentável dos recursos determinando limites de utilização, tais como volume a ser retirado a cada ano e técnicas para minimizar os impactos da extração, entre outros.*

### 3.4 Promovendo o manejo florestal comunitário

A elaboração de planos de usos comunitários e o processo de regularização fundiária em Gurupá catalisaram perspectivas para formalização de planos de manejo comunitários. Não obstante o fato de as comunidades utilizarem seus recursos florestais de forma diversificada, enfatizamos aqui duas modalidades de planos de manejo que foram influentes na experiência de Gurupá: o manejo de açazais e o manejo madeireiro.

#### Manejo dos açazais

Da mesma forma que as discussões em torno do plano de uso, as atividades voltadas para o manejo florestal comunitário tiveram início informalmente a partir da fase de sindicalização das famílias das comunidades. Posteriormente, na segunda metade da década de 90, as organizações passaram a requerer junto ao IBAMA a aprovação de planos de manejo formais.

Se a comunidade do Camutá do Pucuruí foi pioneira na elaboração de normas comunitárias que deram origem ao plano de uso, em relação ao manejo florestal as ações pioneiras ocorreram na comunidade do Rio Marajoí, que teve o primeiro plano de manejo dos açazais aprovado pelo IBAMA.

*“A iniciativa de manejar os açazais começou no Marajoí. Lá o açaí tinha praticamente acabado porque uma fábrica de palmito comprava toda a produção e chegou a um ponto em que as famílias precisavam comprar açaí de fora para poder comer. Foi lá que se tomou a iniciativa de não cortar mais o açaí para produzir palmito e sim manejá-lo para a produção do fruto e do vinho, que é um alimento básico das famílias.”*

**Bira, coordenador local da Fase Gurupá**

O seminário *Gurupá em busca de alternativas*, realizado em 1989, é considerado um marco no debate sobre práticas de manejo sustentável dos recursos florestais. A partir deste evento foram iniciadas as primeiras atividades de limpeza dos açazais, especialmente na comunidade do Rio Marajoí. Essas ações foram conduzidas pelas próprias lideranças locais e de maneira experimental, mas sem uma orientação técnica sobre as práticas de manejo.

A possibilidade de elaboração de projetos de crédito via Fundo Constitucional do Norte (FNO), a partir de 1996, deu novo impulso ao manejo dos açazais, pois exigiu um diálogo entre as lideranças e os técnicos responsáveis pela elaboração dos projetos. A exigência do banco de que os açazais nativos deveriam ser roçados para dar lugar a plantios novos gerou resistência por parte das famílias, que viam um grande risco nessa operação. Mesmo assim essa prática foi adotada e possibilitou uma discussão sobre as técnicas de manejo dos novos açazais financiados com o crédito.



“ Manejar o açazal foi a forma que encontramos para trazer de volta a caça, o peixe, o açá e o palmito. Começamos tudo na coragem, sem apoio técnico. O que fazíamos era roçar o açazal, mas não sabíamos como fazer corretamente. Os açazais se recuperavam bem, mas não davam frutos. Ficava bonito, mas não dava produção. Aí fomos discutindo para encontrar a maneira certa de fazer. Começamos a experimentar em pequenas áreas. Só depois é que fomos obtendo mais informações técnicas a respeito do manejo. Aprendemos, por exemplo, que era preciso fazer o raleamento do açazal para permitir a entrada da luz do sol e para manter um espaçamento adequado (3x3m). ”

**Zé Trindade, Rio Marajoí**

Quando tiveram início as atividades do projeto demonstrativo da FASE, muitos agricultores já possuíam alguma experiência anterior no manejo dos açazais. No entanto, a adoção de práticas como o desbaste ou a limpeza dos açazais ainda provocava resistências. A alternativa sugerida pelos técnicos da FASE foi de se adotar prática de manejo (limpeza, desbaste, espaçamento entre plantas...) em pequenas parcelas experimentais. Com o sucesso do manejo nessas primeiras parcelas a prática se disseminou pela comunidade do Marajoí e em seguida pelas demais comunidades de Gurupá.

*“Na época de maior devastação do açaí para extração do palmito, muitos companheiros compravam o açaí de fora para comer. No ano passado visitei todo o município e reencontrei aquelas mesmas pessoas e elas me diziam que agora tinham produzido 700 ou 1000 latas de açaí. E isso foi por causa do manejo, que representou uma mudança de mentalidade muito grande.”*

**Moacyr, morador da cidade de Gurupá**

### **Manejo Florestal Madeireiro**

As iniciativas voltadas para a implementação de prática de manejo florestal madeireiro tiveram início na comunidade do Camutá do Pucuruí, que também foi pioneira na discussão e implementação do plano de uso comunitário. Assim, a comunidade reunia duas características importantes para o manejo madeireiro: forte organização local e regras de uso já definidas.

Essa iniciativa resultou de um processo de debate entre as organizações de Gurupá sobre a necessidade de ordenar a forma de uso dos recursos florestais por parte das comunidades. A meta das organizações envolvia a construção participativa de planos de manejo florestal comunitários. Para isso foram realizadas inúmeras reuniões para debater tanto o potencial de exploração das áreas quanto a estratégias para o uso sustentável da floresta.

O início do projeto demonstrativo permitiu o acesso das lideranças locais a orientações técnicas fornecidas por profissionais. Nesse sentido foram implementadas diversas ações de capacitação para o planejamento do uso dos recursos.

*“Quando chegaram os técnicos para fazer inventário florestal nas comunidades eu fiquei numa situação difícil porque eu não sabia o que era um inventário. Eu me perguntava: mas o que é isso? Com o tempo é que a gente foi entender o que significava. Muitos erros que cometemos foi por não saber de início o que significava fazer um inventário e pra que aquilo serviria.”*

**Bira, coordenador local da Fase Gurupá**

A capacitação de lideranças locais para a realização de inventários florestais representou um passo importante na busca de novos modelos de exploração madeireira, agora sob o controle das comunidades. Os inventários possibilitavam uma avaliação da capacidade de suporte da área e definição de limites para uma exploração sustentável, cálculo de volumes (cubagem da madeira), marcação de árvores matrizes e sistematização das informações na forma de um plano de manejo.

No entanto, a aprovação de planos de manejo demandava a definição fundiária da área. Foi aí que, além do diálogo sobre as questões técnicas com a comunidade, o trabalho acerca do manejo florestal comunitário desenvolvido em Gurupá voltou-se para influenciar nas questões legais de aprovação de planos de manejo.

O desdobramento desse esforço concentrado e das experiências acumuladas pelas lideranças e técnicos que atuavam em Gurupá foi a regularização fundiária de Camutá de Pucuruí e, com isso, a aprovação do primeiro plano de manejo comunitário, a partir de uma Instrução Normativa do IBAMA para esse fim.

Nas áreas de terra firme, a exemplo do Camutá do Pucuruí, enfrenta-se dificuldade com relação à retirada com o mínimo de impacto, ou seja, sem o uso de máquinas pesadas, como previsto nos planos de manejo. Em razão dessa dificuldade operacional para a extração e transporte da madeira, as iniciativas de manejo madeireiro migraram das áreas de terra firme para a várzea, especialmente para a região da RDS do Itatupã-Baquiá. Ali o transporte é facilitado, já que a madeira pode ser escoada por via fluvial.

A aprovação de planos de manejo em áreas de várzea em Gurupá tem sido feita mediante Autorizações de Uso emitidas pela GRPU. Embora considerado precário pelos juristas, esse procedimento tem permitido a expansão do manejo florestal comunitário em regiões de ilhas. Além disso, em um diálogo de caráter mais técnico com gestores do IBAMA, o trabalho de manejo florestal comunitário em áreas de várzea em Gurupá trouxe à discussão o comportamento (agrupamento) de espécies em ambientes alagados, utilizadas nos planos de manejo.

*“Nós descobrimos que devemos usar o recurso que temos, mas com manejo. E o manejo engloba várias coisas. O manejo envolve tudo. É a terra e o que está em cima da terra. Ele deve estar na cabeça das pessoas. Por isso, pra fazer manejo a pessoa tem que ser educada.”*

*Codó, morador da cidade de Alto Jaburu*

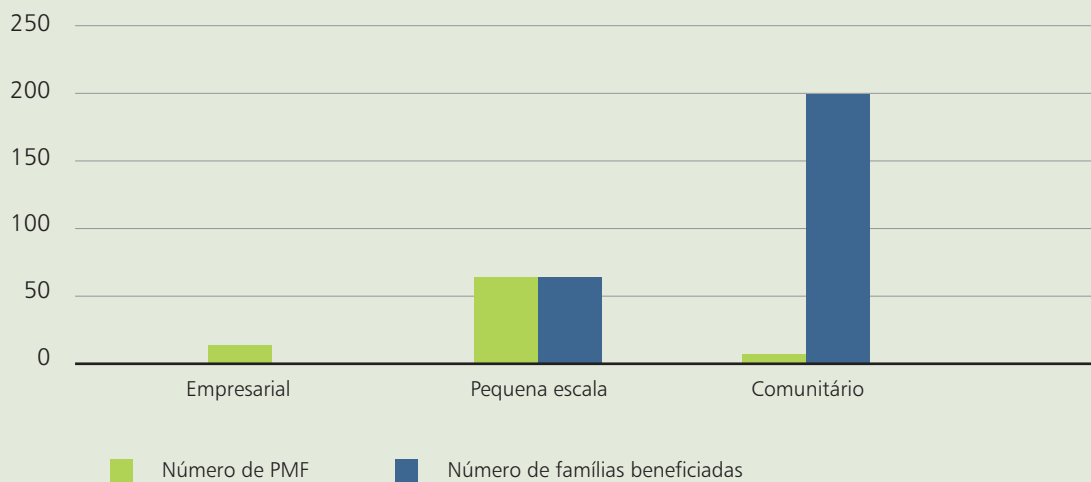
Como consequência desse diálogo e aproveitando-se dos mecanismos pré-existentes na legislação florestal para manejo comunitário, houve, em Gurupá, a aprovação em massa de planos de manejo com características peculiares: o planos foram aprovados baseados em volume anual de corte (em função da disponibilidade de espécies agrupadas) e não em função da área, como normalmente acontece. Entre 2000 e 2005 foram protocolados junto ao IBAMA um total de 80 planos de manejo, sendo que 58 deles foram aprovados no ano de 2005 (baseados nos arranjos técnicos de volume anual) e os demais nos anos anteriores.

O total de 80 planos de manejo aprovados pelo IBAMA engloba, porém, três categorias distintas: empresarial (13), pequena escala (61) e comunitário (6). A região do Itatupã-Baquiá (várzea) concentra quase a totalidade dos planos de manejo de pequena escala. Somente em 2005 foram aprovados 59 planos para aquela região, de um total de 61, todos para exploração madeireira.

A categoria comunitário refere-se a planos de manejo de uso múltiplo envolvendo grupos de famílias ligadas a associações comunitárias, a exemplo do plano de manejo para exploração do óleo de andiroba, na comunidade de São João do Jaburu, e do plano de manejo dos açazais na comunidade do Marajoí, ambos aprovados pelo IBAMA.

O gráfico abaixo demonstra a relação entre os tipos de planos de manejo e o número de famílias que são diretamente beneficiadas.

### *Categorias de planos de manejo aprovados pelo IBAMA em Gurupá e número de famílias beneficiadas*



## [ 4 ] Resultados, lições



# aprendidas e perspectivas



A sistematização da experiência de Gurupá confirma a relação de mútua interdependência entre a regularização fundiária e o aprimoramento das práticas de manejo florestal na Amazônia. Os resultados e lições registrados a partir dessa experiência abarcam diversos aspectos da vida social, política, econômica e ambiental do município de Gurupá e da sua população, indo muito além dos temas aqui abordados.

O que ocorreu em Gurupá nos últimos 35 anos foi um intenso e rico processo de formação de capital social e conquista de cidadania por parte de populações marginalizadas, com impactos sobre o ordenamento agrário do município e sobre a forma de exploração dos recursos naturais. A oportunidade de sistematizar essa experiência tão rica é também um grande desafio.

Um aspecto que merece destaque na experiência é o lugar ocupado pelas unidades de conservação de uso sustentável e sua inserção dentro de um esforço mais amplo voltado para o reordenamento agrário e para a conquista de segurança fundiária por parte das comunidades locais. A diversidade de categorias de regularização fundiária observada em Gurupá atesta a busca de soluções sob medida, de acordo com a situação social e ambiental dos grupos locais. Ali está se conseguindo um casamento entre a reforma ou reordenamento agrário e a conservação ambiental.

*Lideranças comunitárias presentes  
na 2ª oficina de sistematização*





*“ A principal lição da experiência de Gurupá refere-se ao respeito à territorialidade daquelas populações. Há territorialidades específicas construídas historicamente em função de dois elementos. O primeiro em função dos recursos que são extraídos e agora manejados, que têm a sua dispersão espacial específica. O segundo elemento definidor daquela territorialidade são as relações sociais de produção vinculadas ao capital comercial. Esse também foi um dos fatores que determinaram essa territorialidade da resistência. ”*

**Paulo Oliveira, Diretoria de  
Desenvolvimento Socioambiental – IBAMA**

Um segundo fator a se destacar é o forte lastro social das ações implementadas em Gurupá. Numa situação em que as agências governamentais são quase ausentes, o que é agravado pelo isolamento geográfico do município, foram as institucionalidades e as organizações locais as principais responsáveis pelos avanços obtidos até aqui e pela internalização dos processos na sociedade local. A atuação de uma ONG (FASE) operando com recursos da cooperação internacional teve um efeito catalisador, reforçando o protagonismo das organizações e dos atores locais.

Uma das perguntas feitas às lideranças locais durante o processo de sistematização foi: qual são os aprendizados ou as lições mais importantes que vocês obtiveram ao longo desse processo? As respostas são as mais diversas e até difíceis de pontuar e quase sempre se referem a conquistas obtidas, sejam elas concretas ou difusas. Essas vão desde aspectos de âmbito pessoal e individual, como ampliação dos saberes das pessoas e melhoria da sua auto-estima, até fatores mais amplos, como a conquista de cidadania por parte de grupos sociais. Algumas dessas conquistas são pontuadas abaixo.

### **Identidade cultural**

A tomada de consciência sobre a sua identidade cultural e sobre a sua história é apontada por várias pessoas como um dos aprendizados mais importantes. No caso das comunidades remanescentes de quilombos, por exemplo, as famílias passaram por um rico processo de reflexão sobre a sua história e sobre o lugar e os direitos que lhes cabem na sociedade atual. Processos similares ocorreram em outras comunidades e com outros grupos sociais.

## Cidadania

O conhecimento dos direitos básicos de cidadania e das obrigações que competem aos cidadãos e aos governos representa um aprendizado de valor imensurável para pessoas das comunidades de Gurupá. Esse foi sempre um dos pilares do trabalho de educação popular realizado pela Igreja Católica por meio das Comunidades Eclesiais de Base.

Além da garantia de direitos fundiários, a regularização das terras tem favorecido a conquista de direitos previdenciários por parte das famílias ribeirinhas, especialmente em termos de encaminhamento dos processos de aposentadoria junto ao INSS.

A luta pelo direito à educação resultou na implantação, pela prefeitura, de Escolões (escolas de primeiro e segundo grau) nas comunidades, melhorando as condições de ensino no meio rural. Além disso, registra-se a criação da Casa Familiar Rural (CFR), abrindo novas perspectivas para os jovens rurais. Atualmente a CFR conta com seis turmas (cinco no ensino médio e uma no ensino fundamental), atendendo a um total de 194 jovens originários das comunidades rurais.

*“A Casa Familiar Rural é uma aposta que a gente está fazendo. Hoje são quarenta jovens altamente qualificados e que vão ocupando o lugar do Bira, do Pedro Tapuru, do Nelcindo, do Manoel do Carmo, do Moacyr, do Nogueirinha. Esse pessoal todo é da primeira geração, a geração que foi formada pela igreja, conquistou o sindicato, entrou no projeto econômico, e construiu isso que é Gurupá hoje.”*

**Paulo Oliveira, Diretoria de Desenvolvimento  
Socioambiental – IBAMA**

Além da CFR, registra-se também a formação de jovens da zona rural e urbana em macheteria, fabricação de móveis e instrumentos musicais nas oficinas de aproveitamento de madeira implementadas pela COOMAG.

## Auto-estima

O reforço da identidade cultural, aliada à conquista da cidadania, repercutiu positivamente na auto-estima das pessoas e na sua auto-afirmação diante de atores externos ou contextos politicamente hostis. Apesar da baixa escolaridade predominante entre as lideranças locais de Gurupá, há ali uma forte crença nas capacidades e no talento das pessoas. A confiança que as comunidades depositam em suas lideranças tem reflexos na política e na economia do município. A eleição de trabalhadores rurais para administração municipal, por duas gestões, atesta a capacidade das organizações em influenciar as políticas públicas locais.

## *Manejo florestal*

A compreensão sobre as várias dimensões do manejo florestal (economia familiar, segurança alimentar, gestão dos recursos, organização, comercialização etc.) resulta de importantes esforços de capacitação, debates e reflexões realizados pelos grupos comunitários de Gurupá. Mais do que um conjunto de técnicas de exploração florestal de baixo impacto, o manejo é encarado como uma estratégia de manutenção do modo de vida e de busca de melhoria da qualidade de vida nas comunidades. Ele é freqüentemente relacionado a avanços na educação e na conscientização das pessoas, cujos valores estão muito além da simples exploração dos produtos florestais madeireiros ou não.

A adoção de práticas de manejo vem resultando na garantia de segurança alimentar das famílias, especialmente em relação ao fornecimento do açaí, um dos itens básicos da dieta das populações ribeirinhas. Hoje o município de Gurupá já possui uma maior autonomia quanto ao abastecimento de açaí, fator que, no passado, representou uma ameaça.

Em relação ao manejo florestal madeireiro, avançou-se muito nos processos de valoração dos recursos naturais por meio dos inventários florestais que as próprias organizações passaram a fazer, tanto em áreas de terra firme quanto na várzea. A aprovação de um número significativo de planos de manejo pelo IBAMA para exploração madeireira em pequena escala atestam a preocupação das lideranças e comunidades em atuar dentro da legalidade.

## *Reordenamento agrário municipal*

Uma das grandes inovações trazidas pela experiência de Gurupá é a idéia de se adotar o município como unidade de planejamento, reordenamento agrário e uso sustentável dos recursos naturais. Evitou-se a criação de unidades de conservação completamente independentes entre si. Nesse sentido, foi adotada uma estratégia de realizar o planejamento das atividades de forma conjunta, envolvendo todos os atores interessados (associações, sindicato, prefeitura e FASE).

Se por um lado o planejamento das ações foi feito de forma conjunta, as decisões em torno do modelo ou modalidade de regularização fundiária ficaram a cargo de cada comunidade em função das suas especificidades sociais, culturais e territoriais. O planejamento municipal aliado ao respeito às territorialidades locais (comunitárias) resultou no reordenamento agrário na forma de um mosaico.

## *Regularização fundiária*

O conhecimento da legislação agrária e dos caminhos possíveis para se proceder a documentação da terra e resguardar os direitos fundiários das populações locais forma um conjunto de aprendizados que hoje já está internalizado nas organizações locais de Gurupá. Esses saberes são apropriados pelos grupos sociais locais que lutam para fazer valer os seus próprios interesses e direitos. Embora algumas pessoas se destaquem como detentoras de mais informações e conhecimento do tema, é justo afirmar que os aprendizados vêm sendo assimilados coletivamente. As pessoas detentoras desses novos saberes protagonizaram um verdadeiro

reordenamento agrário do município de Gurupá, cujos resultados são evidentes: quatro áreas com processos de regularização fundiária concluídos e outras quatro cujos processos estão em tramitação nos órgãos competentes.

### Áreas com processos de regularização concluídos

- PAE Ilha de Santa Bárbara – 18 mil hectares/12 famílias;
- Áreas remanescentes de quilombos – 87 mil hectares/350 famílias;
- PAE Camutá do Pucuruí – 17,8 mil hectares/24 famílias;
- RDS Itatupã-Baquiá – 64 753 mil hectares/142 famílias.

### Áreas com processos de regularização em tramitação

- Ilha das Cinzas;
- Ilha Gurutaí;
- Final da Ilha Grande de Gurupá;
- Reserva Extrativista do Marajoí.



## *Dificuldades, problemas e desafios*

Em que pese as conquistas acima descritas é necessário registrar as maiores dificuldades, problemas e desafios encontrados ao longo do processo.

Apesar dos avanços relacionados à segurança fundiária e manejo sustentável dos recursos florestais, as lideranças locais de Gurupá constataam que o assédio das empresas madeireiras ainda é uma realidade no município. Há pessoas das comunidades que não resistem às ofertas de “bombons” e acabam vendendo seu recurso natural a preços baratos ou em troca de benefícios imediatos. A restrição de exploração que as madeireiras têm encontrado em regiões vizinhas faz com que essas aumentem a pressão sobre as áreas de floresta que ainda existem em Gurupá, inclusive sobre as áreas já regularizadas e controladas pelas comunidades.

A integração de esforços entre organizações da sociedade civil e órgãos fundiários dos estados e do Governo Federal se apresenta como um grande desafio. Atualmente não existe espaço de interlocução entre o ITERPA e o IBAMA, por exemplo. Não há qualquer tipo de diálogo entre o órgão fundiário e o responsável pelo licenciamento ambiental.

Conjugação de ações de mapeamento do uso da terra (interpretação de imagens) e verificação cartorial da titulação das terras é um aspecto fundamental a ser observado em futuras iniciativas similares.

*“ É fundamental associar as ações de regularização fundiária com a forma de utilização de recursos naturais. A discussão do plano de uso tem que ser iniciada imediatamente, na primeira reunião. Não faz sentido definir uma estratégia fundiária se as famílias não avançarem na definição de como vão utilizar a terra, a água e a floresta. Mas infelizmente a decisão que o INCRA adota é de definir o plano de uso somente no final do processo de regularização. ”*

***Girolamo Trecanni***, assessor jurídico da FASE



Para as lideranças locais de Gurupá, o fato de poder contar com uma assessoria jurídica qualificada, fornecida pela FASE, fez toda a diferença. Essa assessoria permitiu o acompanhamento dos processos e também o treinamento de pessoas das organizações do município quanto aos procedimentos e instrumentos jurídicos aplicáveis às situações fundiária e ambiental das comunidades. Mas as lideranças reconhecem que esse foi um caso atípico, já que na região há uma grande dificuldade em se encontrar advogados especializados em legislação agrária e dispostos a assessorar as organizações locais no encaminhamento dos processos de regularização fundiária.

A lentidão na tramitação dos processos tem sido um dos problemas de mais difícil enfrentamento. A demora na conclusão dos processos, aliada ao excesso de burocracia, aumenta os custos das ações de regularização fundiária e licenciamento ambiental. Nesse sentido as comunidades e as organizações acabam pagando um preço alto (viagens, reuniões, salários de técnicos, honorários de advogados etc.) para ingressarem na legalidade. Já os atores que exploram os recursos naturais de forma ilegal operam com custos muito baixos e sem burocracia. Trata-se de uma contradição estrutural na qual os agentes ilegais são, de certa forma, premiados. É necessário inverter esta equação, estimulando a legalidade e exercendo maior coerção sobre a ilegalidade.

Embora algumas áreas regularizadas estejam incluídas no programa de Reforma Agrária do Governo Federal, a exemplo dos projetos de assentamento agroextrativistas, ainda não ocorreram investimentos do INCRA nessas áreas.

### *Perspectivas de replicação e ampliação da iniciativa*

Ao finalizarmos esta sistematização e em face da riqueza da experiência aqui registrada é importante refletir sobre as perspectivas que se abrem e sobre a possibilidade de replicar a experiência em outras regiões. Esse foi sempre um dos objetivos centrais do processo de sistematização: destacar aprendizados e lições que possam influenciar as políticas públicas e ações de regularização fundiária e manejo florestal na Amazônia.

A possibilidade de replicação da iniciativa esbarra em alguns problemas já citados e cujo enfrentamento condiciona a busca de soluções técnicas e políticas. O primeiro refere-se ao desaparelhamento dos órgãos do estado como um dos pontos de estrangulamento de qualquer processo de regularização fundiária na Amazônia. Replicar e ampliar iniciativas como as de Gurupá implica em tornar os órgãos fundiários mais eficientes, com profissionais bem treinados, procedimentos administrativos claros e ágeis, desburocratização e estruturação de um sistema de informação de terras que possa ser facilmente acessado.

O segundo aspecto tem a ver com a necessidade de se reformar o sistema de registro e titulação da terra. Em Gurupá foram investidos vários anos de trabalho de lideranças e técnicos para se realizar o levantamento da situação de documentação das terras do município para, ao final, se constatar que a

titulação da maioria dos imóveis não possuía validade legal. Esse fato chama a atenção para a falência do sistema cartorial de titulação das terras na Amazônia e para a necessidade de se definir um novo modelo de registro e regulação da propriedade da terra.

*“No caso da Amazônia o sistema cartorial de registro da terra é de absoluta inutilidade. Está na hora de estudarmos experiências internacionais para encontrarmos outros modelos de registro e titulação. Temos que trabalhar na perspectiva do registro público, que se faça na própria prefeitura municipal, inclusive para cálculo de imposto e de organização territorial. Esse deve ser um serviço público e não uma concessão do estado a terceiros.”*

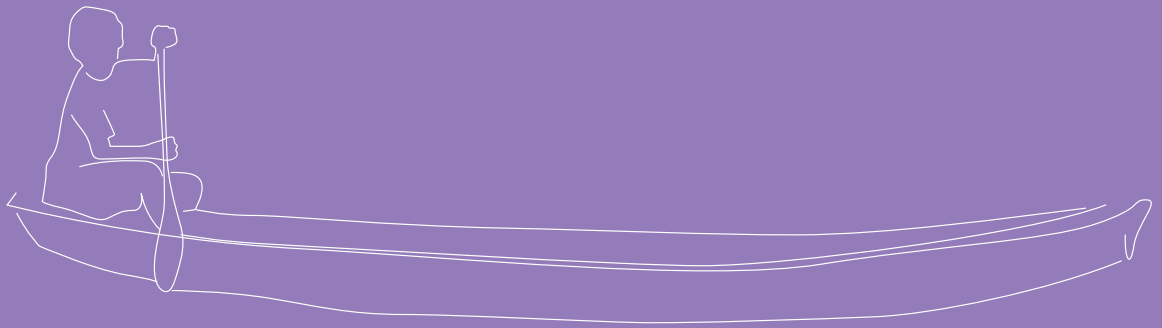
**Paulo Oliveira, Diretoria  
de Desenvolvimento Socioambiental – IBAMA**

O terceiro aspecto remete a uma pergunta central: quem paga a conta da regularização fundiária? Em Gurupá, o levantamento da situação de documentação da terra no município e invalidação dos títulos cartoriais só foi possível porque as organizações parceiras contavam com recursos da cooperação internacional. É preciso considerar que, na perspectiva de replicar essa experiência, os custos dos levantamentos e dos processos de regularização das áreas devem ser assumidos pelo Estado brasileiro. Nesse sentido será necessário mobilizar recursos e integrar esforços de várias esferas governamentais.

O quarto elemento tem a ver com o arranjo institucional que deve ser buscado a fim de dar sustentação técnica e política aos processos de regularização fundiária e regulação das formas de uso dos recursos naturais. Fica claro na experiência de Gurupá que as organizações locais e entidades de assessoria têm um papel determinante na mediação entre as demandas das comunidades e o modo de operação dos órgãos fundiários e ambientais. Esta relação entre sociedade civil e órgãos do Estado é o fator que pode garantir a coerência entre os instrumentos jurídicos estabelecidos pelo Estado e as demandas concretas da sociedade.

Atestando a viabilidade do processo desencadeado em Gurupá, a própria FASE vem investindo esforços para levar o programa para outros municípios da região do estuário do Amazonas. As negociações para a criação de uma RESEX na região do Rio Marajoí, entre os municípios de Gurupá e Melgaço, apontam para uma expansão da iniciativa para outros municípios. Programas como o Pró-Varzea podem se constituir num importante canal de interlocução e formulação de estratégias e políticas mais amplas e universais para a Amazônia, a partir de ricas experiências locais.

Por fim, este documento é finalizado como uma contribuição para uma agenda positiva para a Amazônia na certeza de que os problemas socioambientais da região têm soluções viáveis. Registra-se aqui o convite ao debate e à reunião de esforços para a formulação de propostas e políticas públicas, a partir desta experiência inovadora e bem sucedida.





## [ 5 ] Documentos



Foto: Lidiane Melo

*Lideranças comunitárias refletem sobre o processo histórico de organização social das famílias ribeirinhas de Gurupá – PA.*

# consultados



CUNHA, José de Vasconcelos. *Relatório do Encontro de Planejamento de Regularização Fundiária com Desenvolvimento Sustentável*. Belém: 2003. 15p (digital)

OLIVEIRA Júnior, Paulo Henrique Borges. *Ribeirinhos e Roceiros – Gênese, subordinação e resistência camponesa em Gurupá – PA*. São Paulo: USP – FFLCH, 1991.

FASE Gurupá. Projeto FASE Gurupá – Documento base – *Manejo comunitário dos recursos florestais e de pesca em áreas de várzea do município de Gurupá – PA*, 2004.

RAMOS, Carlos Augusto. *O manejo florestal comunitário e as leis atuais em debate*. Belém, 2006. (mimeo)

TRECCANI, Girolamo Domenico. *Violência e grilagem: instrumentos de aquisição da propriedade da terra no Pará*. Belém: UFPA-ITERPA, 2001. 600p.

TRECCANI, Girolamo Domenico; VIEIRA, Pedro Alves. *Documentar a terra: uma luta constante*. Gurupá: STR Gurupá e Fase Gurupá, 2001. 18p.

TRECCANI, Girolamo Domenico; VIEIRA, Pedro Alves. *Regularização fundiária e gestão ambiental incentivada, segundo os padrões tradicionais de ocupação e uso da terra*. Gurupá: FASE Gurupá, 2004. 5p.

TRECCANI, Girolamo Domenico. *Regularizar a terra: um desafio para as populações tradicionais de Gurupá*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido. Belém, 2006.

TURA, Leticia Rangel. *Resumo da atuação da FASE no Pará*. Disponível em: [http://www.fase.org.br/conteudo.asp?secao\\_nome=&conteudo\\_id=869&pag=1](http://www.fase.org.br/conteudo.asp?secao_nome=&conteudo_id=869&pag=1). Acesso em: 23 fev 2006.

STR Gurupá. Um breve relato da luta social em Gurupá: STR Gurupá, 1998. 5p. (mimeo)

STR Gurupá. Um pouco da história da nossa luta sindical em Gurupá: STR Gurupá, 1996. 7p. (mimeo)

VIEIRA, Pedro Alves. *Como documentar a terra*. Gurupá: Fase Gurupá, 2005. 8p. (mimeo)

**Vídeos:**

Matérias sobre o Projeto Demonstrativo da FASE em Gurupá – RBA, Liberal, Record e Cultura;

Matéria de Aprovação Plano de Manejo Florestal no Marajói, Record, 2002;

Doação de Terras na Ilha de Santa Bárbara, Jornal Liberal 2ª edição, 2002;

Entrega do Título da Terra Pucuruí e Quilombos, Gurupá, julho de 2000.



*Seu Lauro se foi...*

Belém, 07 de novembro de 2006.

**Carlos Augusto Ramos\***

E Seu Lauro Costa se foi... um homem que honrou bravamente o termo “trabalhador rural”, lutador da comunidade São João do Jaburu de Gurupá, incansável nos bons e maus momentos, sempre com a esperança no olhar por dias melhores. Não aceitou a condição de esperar que a floresta fosse conservada, mas praticou o ato de manejar em seu cotidiano, como se fosse uma religião.

Lauro foi aquele que fez acontecer o manejo florestal de pau-mulato, hoje adotado por dezenas de famílias de várzea em Gurupá, na tentativa de consorciar frutos e madeira, açaí e pau-mulato, juntando também os cupus e cacaús da vida pelo meio do consórcio, que eu na minha empáfia tecnicista denomino o sistema agroflorestal e que Lauro chamava simplesmente e sabiamente de manejo. Está certo, Seu Lauro, é manejo e pronto. Também foi agente comunitário decisivo, juntamente com Manoel Cordovaldo Chaves (Codó), Manoel João Gama e outras lideranças locais na delimitação da hoje decretada Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Itatupã-Baquíá, a primeira e única do gênero a nível federal, envolvendo 180 famílias agroextrativistas.

Uma lição de perseverança, modéstia e visão de futuro. Que o nosso eterno amigo fique com Deus, em uma floresta dos mais belos açaizais e árvores que ninguém pode imaginar aqui na terra.



Foto: FASE

*\* Carlos Augusto Ramos (Engenheiro Florestal da FASE que trabalhou com o Sr. Lauro)*

ERRATAS:

Na página 7, onde se lê: Gerência de Patrimônio da União; leia-se: Gerencia Regional de Patrimônio da União.

Na página 26, onde se lê: "... e pró-ambiente"; leia-se: "...e ProManejo”.

Na página 27,

Onde se lê: Titulação do Projeto de Assentamento Agroextrativista do Camutá do Pucuruí; leia-se: Assinatura de um Contrato de Cessão de Direito Real de Uso à comunidade de Camutá do Pucuruí.

Onde se lê: Ano de encerramento do Projeto Demonstrativo da FASE-Gurupá; Desconsidere essa frase.

Na página 36, onde se lê: Fundação Cultural Palmares; leia-se: Instituto Nacional de colonização e Reforma Agrária – INCRA.

Na página 49, onde se lê: "..., morador da cidade de Alto Jaburu”; leia-se: "..., morador do Alto Jaburu”

Projeto gráfico:  
Ribamar Fonseca | Supernova Design

Revisão de texto:  
Alessandro Mendes | Azimute Comunicação